



Anais da Assembleia

N. 33

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

8.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 27.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1988.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Aribal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Aloantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delasari, Paulo Friatiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiesse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 60/88

Curitiba, 19 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autenticadas dos Convênios celebrados em 07 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de ALTÔNIA, ALVORADA DO SUL, APUCARANA, ASTORGA, ATALAIA, BARRA DO JACARÉ, BELA VISTA DO PARAÍSO, BOM SUCESSO, CAFEARA, CAMBARÁ, CAMBIRA, CAMPO MOURÃO, COLORADO, CONGONHINHAS, CORNÉLIO PROCÓPIO, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO NORTE, DOUTOR CAMARGO, FLORESTA, FLORESTÓPOLIS, FRANCISCO ALVES, GUAÍRA, GUAPOREMA, GUARAPUAVA, ICARAIMA, INAJÁ, IPORA, ITAÚNA DO SUL, JAGUAPITÁ, JAPURÁ, JARDIM OLINDA, JUSSARA, KALORÉ, LEÓPOLIS, LOANDA, MANDAGUAÇU, MANDAGUARI, MARILUZ, MARINGÁ, MIRASELVA, NOVA AURORA, NOVA LONDRINA, OURIZONA, PAIÇANDU, PALMITAL, PALOTINA, PARANACITY, PARANAVAÍ, PÉROLA, PINHALÃO, QUERÊNCIA DO NORTE, RIO BOM, RONDON, SANTA AMÉLIA, SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, SANTA FÉ, SANTO INÁCIO, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SÃO JOÃO DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO PARANÁ, SÃO TOMÉ, SERTANÓPOLIS, TAPIRA, TERRA BOA, TUNEIRAS DO OESTE, URAÍ e XAMBRE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N. 61/88

Curitiba, 25 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, com acréscimo de novos parágrafos, altera a redação do art. 91, da Lei n. 8485, de 3 de junho de 1987 (Lei da Estrutura Básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná).

O dispositivo que se pretende modificar estabelece critérios básicos para organização e funcionamento dos órgãos da Administração Indireta.

Ocorre que, em relação às entidades

regidas pelo Lei Federal 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) as disposições da Lei Estadual 8485/87 comportam algumas adaptações para que se tornem plenamente exeqüíveis.

Nesse sentido e atendendo ponderações formuladas pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Ofício n. 100/88, de 14 do corrente mês, foi elaborado o anteprojeto de lei em causa, através do qual será dado trato legal plenamente claro e adequado quanto à forma de aplicação da referida Lei n. 8485/87, na elaboração dos estatutos das sociedades de economia mista estaduais, especificamente no que respeita a composição de seus conselhos de administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 116/88

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 91 da Lei n. 8485, de 3 de junho de 1987, passa a vigorar como parágrafo 1º, incluindo-se os parágrafos 2º e 3º, com a seguinte redação.

"§ 2º - O inciso I deste artigo não se aplica às entidades da administração indireta regidas pela Lei federal n. 6404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º - Os estatutos das sociedades de economia mista estabelecerão que os conselhos de administração serão presididos pelo titular da Secretaria de Estado a que se vinculam e serão integrados, entre outros membros, por outro titular de Secretaria de Estado interessada funcionalmente no campo de atuação da entidade".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N. 62/88

Curitiba, 27 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SINE/MTb - 22.17/87 (Proc. MTb 001.553/87), celebrado em 27 de fevereiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, bem como de seu Termo Aditivo n. 01/87, datado de 16 de dezembro de 1987, e de seus Termos de Re-Ratificação, firmado em 10 de agosto de 1987, 09 de outubro de 1987, 16 de dezembro de 1987 e 08 de fevereiro de 1988,

objetivando assegurar o fortalecimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N. 63/88

Curitiba, 27 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 80/87, celebrado em 23 de setembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDE-SUL, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios que especifica, do Noroeste do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N° 64/88

Curitiba, em 27 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terreno com aproximadamente 60.000m² (sessenta mil metros quadrados), situada no Bairro do Tarumã, desta Capital, na esquina das ruas Pastor Virgínio de Souza e Professora Antônia Reginato Vianna, destacada de área maior de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme a transcrição n° 32.747, do Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba e o disposto no art. 114, inciso IV, da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987.

O plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis consulta plena-

mente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a área de terreno em causa será utilizada na implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor, que, com recursos do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, será implantado em Curitiba, para atendimento das necessidades da região Sul do País.

A anexa Exposição de Motivos datada de 19 de abril de 1988, da Prefeitura Municipal de Curitiba, oferece outros esclarecimentos que mais detalhadamente justificam a conveniência e o elevado interesse público de que é revertida a presente proposição.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 17/88

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, uma área de terreno com aproximadamente 60.000m² (sessenta mil metros quadrados), no Bairro do Tarumã, esquina das ruas Pastor Virgínio de Souza e Professora Antonia Reginato Vianna, nesta Capital, destinada de área maior de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme transcrição sob n° 32.747, do Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba e o disposto no art. 114, inciso IV, da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987.

Parágrafo Único - A área de que trata o "caput" deste artigo será utilizada na implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de abril de 1988.

Senhor Governador:

O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, implantará em Curitiba um Hospital para a região sul do País, denominado Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, através do IPPUC foi incumbida de indicar a alternativa de áreas adequadas para implantar o hospital.

Para a escolha das áreas foram considerados aspectos referentes a acessibilidade, dimensões do terreno, inter-relacionamento desejável com a rede hospitalar existente, zoneamento e uso do solo do Município e ausência de recursos para des-

propriação de áreas particulares.

De acordo com os aspectos acima, após análise das alternativas, a escolha do local considerado mais adequado pela Prefeitura recaiu em parte no terreno pertencente a FASPAR, localizado no Bairro do Tarumã, nas Ruas Pastor Virgínio de Souza e Professora Antonia Reginato Vianna, com indicação fiscal 18-054-025-000, conforme indicado nos anexos.

Após entendimentos mantidos com o Governo do Estado, vimos solicitar a Vossa Excelência, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a consecução das medidas necessárias para formalizar a doação da referida área ao Município de Curitiba para a implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos, reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
ADHAIL SPRENGER PASSOS,
Vice-Prefeito de Curitiba e
Diretor-Presidente do IPPUC.

MENSAGEM N° 65/88

Curitiba, 27 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei com o qual se pretende proceder a uma revisão no sistema de vencimentos e nos critérios de cálculo dos adicionais quinquenais deferidos aos membros da magistratura paranaense.

O parágrafo primeiro do artigo 77, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1984, com a redação que lhe foi dada pela Lei n° 7.878, de 04 de julho de 1984, instituiu um sistema de cálculo de adicionais por quinquênio de serviço, em percentual diferenciado, o qual, segundo frequentes manifestações não atende às necessidades remuneratórias dos integrantes da magistratura, mormente daqueles pertencentes às classes iniciais da respectiva carreira.

Diante desse quadro, o Poder Executivo manteve entendimentos com o Poder Judiciário, no sentido de encontrar a solução mais adequada, que, não só concilie a pretensão da classe, com o interesse público, como atenda às atuais possibilidades orçamentárias.

O Ofício n° 234/88, de 07 de abril de 1988, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, cuja cópia vai em anexo, oferece alguns outros esclarecimentos que melhor e mais detalhadamente justificam a adoção da medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 103/88

Art. 1.º - O parágrafo primeiro do artigo 77 da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980, com a modificação introduzida pela Lei n° 7878 de 04 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77 - ...

§ 1.º - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação quinquenais por tempo de serviço diversa da que trata o "caput" deste artigo".

Art. 2º - O total da remuneração máxima do cargo de desembargador não sofrerá redução e nem acréscimo financeiro decorrente da revogação do critério de cálculo vigente até a data desta lei e da restauração do sistema estabelecido no "caput" do artigo 77, da Lei n° 7297/80.

Art. 3º - A tabela de vencimentos dos membros da magistratura, passa a ser a seguinte:

MAGISTRATURA	VENCIMENTO
Desembargador	94.000,66
Juiz do Tribunal de Alçada ...	89.300,63
Juiz de Entrância Final e	
Auditor da Justiça Militar....	83.556,14
Juiz de Entrância Intermediária	75.200,53
Juiz de Entrância Inicial	67.680,48
Juiz Substituto	60.912,43

Parágrafo único. A tabela constante deste artigo, calculada com base nos vencimentos vigentes em fevereiro de 1988, será atualizada, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, em razão de modificações resultantes de reajustes gerais de vencimentos, concedidos a título de antecipações que tenham ocorrido a partir de 1º de março de 1988.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

N. 234/88-G.P.

Curitiba, 07 de abril de 1988.

Senhor Governador.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 06 de abril do corrente, apreciou o contido no ofício n. CTATG 0647/88, de 28.03.88, firmado por Vossa Excelência e aprovou a sugerida absorção dos adicionais referentes aos quinquênios.

A anexa minuta de anteprojeto de lei, como Vossa Excelência poderá notar, deriva do esboço apresentado pela Casa Civil e a não ser no respeitante a modificações de

redação, que não ensejam qualquer alteração nos vencimentos, bem como no referente à atualização de valores, ante a URP que incidiu sobre a remuneração de fevereiro transato e ao necessário termo inicial - 1º de março último, que atende a solicitação de não ser dado efeito retroativo -, corresponde ao anseio de um texto oriundo de análise conjunta entre os integrantes deste Poder e do Executivo.

Encaminho a Vossa Excelência, outrossim, a tabela de vencimentos pertinentes ao deliberado por este Egrégio Tribunal onde constam o número de magistrados ativos e inativos que integram este Poder e os respectivos quinquênios, bem como o total da folha de pagamento do mês de março e o aumento de despesa que resultará da proposta aceita por este Tribunal.

Aprovada a mensagem, os vencimentos dos desembargadores, com 35 anos ou mais de serviço público, que são, assinala-se, inferiores aos percebidos por desembargadores da maioria dos Estados da Federação, não sofrerão qualquer acréscimo, no entanto a magistratura será beneficiada com a correção de distorções que desencantam juizes e afastam bons valores da judicatura paranaense.

Desnecessário se me apresenta afirmar a confiança deste Tribunal na atenção que Vossa Excelência dispensará ao trato da matéria e na sua pronta solução.

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência, Senhor Governador, meus protestos de consideração e estima.

(a) Des. MARIO LOPES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça

MENSAGEM N° 66/88

Curitiba, 27 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que altera o disposto no art. 1º, da Lei Complementar n° 20, de 08 de maio de 1984, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, de forma a dar tratamento semelhante ao proposto para os membros da Magistratura, em Mensagem nesta data encaminhada a esse Poder Legislativo, o que se faz necessário ao cumprimento do disposto no art. 57, inciso XI, da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 16, de 29 de junho de 1983.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 104/88

Art. 1° - O artigo 1° da Lei Complementar n° 20, de 08 de maio de 1984, com a inclusão de um parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - A gratificação adicional de que trata o art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal n° 40, de 14 de dezembro de 1981, em relação aos membros do Ministério Público de qualquer instância, será concedida em cinco por cento (5%) sobre o vencimento percebido mais a verba de representação, por quinquênio de serviço, até o máximo de sete (07).

Parágrafo Único - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação quinquenal por tempo de serviço, diversa da que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2° - O total da remuneração máxima do cargo de Procurador Geral da Justiça não sofrerá redução e nem acréscimo financeiro decorrente da revogação do critério de cálculo vigente até a data desta lei e da restauração do sistema anteriormente estabelecido.

Art. 3° - A tabela de vencimentos dos membros do Ministério Público passa a ser a seguinte:

Procurador Geral da Justiça	94.000,66
Procurador de Justiça	89.300,63
Promotor da Entrância Final	83.556,14
Promotor de Entrância Intermediária	75.200,53
Promotor de Entrância Inicial ..	67.680,48
Promotor Substituto	60.912,43

Parágrafo Único - A tabela constante deste artigo, calculada com base nos vencimentos vigentes em fevereiro de 1988, será atualizada, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, em razão de modificações resultantes de reajustes gerais de vencimentos, concedidos a título de antecipações, que tenham ocorrido a partir de 1° de março de 1988.

Art. 4° - As despesas decorrente da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias do tesouro do Estado.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 67/88

Curitiba, 27 de abril de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispendo sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do

Tribunal de Contas do Estado, e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Tal proposição respalda-se nos preceitos consubstanciados nos parágrafos 3°, 4° e 5°, do art. 41, da Constituição Estadual, que asseguram aos ocupantes dos referidos cargos, igualdade de tratamento com membros da Magistratura, sendo que, a estes, em Mensagem hoje remetida a essa Assembléia Legislativa, foi proposta alteração no critério para o cálculo dos quinquênios e nos vencimentos respectivos.

Por oportuno, vale lembrar que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, conforme Ofício n° 352/88, de sua Presidência, cópia anexa, a mim dirigido em 21 de abril de 1988, manifestou concordância aos termos da medida que ora submeto a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 105/88

Art. 1° - A gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo tribunal, será concedida na conformidade dos critérios estabelecidos pelo artigo 77, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e leis posteriores que venham modificar a sua redação.

Parágrafo Único. É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação quinquenal por tempo de serviço diversa da que decorra do "caput" deste artigo.

Art. 2° - O total da remuneração máxima dos cargos de Conselheiros e de Procurador Geral não sofrerá redução e nem acréscimo financeiro decorrente de revogação do critério vigente até a data desta Lei.

Art. 3° - A tabela de vencimentos dos membros do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, passa a ser a seguinte:

Cargos	Vencimentos
Conselheiro.....	Cz\$ 94.000,66
Auditor.....	Cz\$ 89.300,63
Procurador Geral (em (comissão).....	Cz\$ 94.000,66
Procurador.....	Cz\$ 89.300,63

Parágrafo Único - A tabela constante deste artigo, calculada com base nos vencimentos vigentes em fevereiro de 1988, será atualizada, mediante decreto do Chefe

do Poder Executivo, em razão de modificações resultantes de reajustes gerais de vencimentos concedidos a título de antecipações que tenham ocorrido a partir de 1º de março de 1988.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

Of. n° 352/88

Curitiba, em 21 de abril de 1988.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Em mãos a Minuta de Anteprojeto de Lei, que trata da gratificação adicional de tempo de serviço aos membros desta Corte, vimos com o presente manifestar a nossa concordância tendo em vista que a mesma não enseja qualquer alteração nos respectivos vencimentos. Outrossim, aplicando-se os seus termos aos membros do Egrégio Tribunal de Justiça é imperativa a sua extensão ao Corpo deste Tribunal, sempre respeitado o princípio de irredutibilidade.

Sem mais, fazemos da oportunidade valioso ensejo para reiterar à Vossa Excelência os nossos protestos de mais elevada estima e distinguida consideração.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL
Presidente

MENSAGEM N° 104/87

Curitiba, 22 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar parágrafo único ao art. 21, da Lei n° 6.149, de 09 de setembro de 1970, visando isentar o Estado do Paraná e suas autarquias, das custas, taxas, emolumentos e contribuições previdenciárias em quaisquer atos de serventários extrajudiciais, praticados no interesse de tais entidades.

O Estado e suas autarquias têm sido obstados, em razão dos valores das custas e emolumentos, de levar a matrícula, registro ou averbações os atos constitutivos de propriedade, e outros relativos a direitos reais. Tem-se verificado que sobretudo as aquisições decorrentes de desapropriação, amigável ou judicial, e de doações de imóveis permanecem sem qualquer anotação do Registro Imobiliário competente, dados os entraves burocráticos e o valor das custas, emolumentos e contribuições previstas nas tabelas respectivas.

Esse fato, como é facilmente observável, tem causado sérios transtornos aos

serviços responsáveis pelo Patrimônio do Estado e, em grau mais preocupante, para a Procuradoria Geral do Estado no que diz respeito à defesa desse Patrimônio em Juízo, nas ações de desapropriação indireta, indenizações, etc.

Com o nível atual das custas e despesas extrajudiciais fica extremamente difícil a regularização dessa situação e, assim, seguindo o exemplo de outros Estados, como o de São Paulo, foram realizados estudos a respeito do tema, chegando-se à conclusão de que inexistem óbices constitucionais ou legais para o estabelecimento de isenção dessas custas (Parecer n° 132/87-PGE), motivo por que proponho a adoção dessa medida a nível estadual.

Quanto às custas judiciais, já está o problema sanado desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1973 (arts. 27 e 511), e da Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal n° 6.830, de 22.09.80 - art. 39), e por esse motivo a Lei Estadual n° 6.149, de 09.09.70, deve ser alterada.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N° 115/88

Art. 1º - O art. 21, da Lei n° 6.149, de 09 de setembro de 1970, passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

"Art. 21 -

Parágrafo Único - O Estado e suas respectivas autarquias não estão sujeitos a custas, taxas, emolumentos e contribuições previdenciárias em quaisquer atos de serventários extrajudiciais, praticados no interesse daquelas entidades públicas".

Art. 2º - Fica revogado o artigo 18 da Lei n° 6.149, de 09 de setembro de 1970.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 127/87

Curitiba, 27 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná e o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando dar continuidade às ações do Programa Nacional de Irrigação no âmbito do Estado, durante o exercício de 1987, compreendendo a execução de obras em infraestrutura coletiva e serviços de supor-

te técnico nas áreas que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os ns. DTL/77, 78 e 79/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Leis n. 357/87:

Do Senhor Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Assistência à Criança Desamparada, do Município de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.754. Anote-se - Arquite-se.

282/87:

Do Senhor Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Maringá - ARTEMAR, com foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.755. Anote-se - Arquite-se.

055/86:

Do Poder Executivo, que aliena à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, a área de terreno que especifica, integrante do patrimônio da Fundação de Ação Social do Estado do Paraná - FASPAR, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.753. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n. DTL/243/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei n. 128/87. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/244/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei n. 026/87, que dispõe ficarem o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP, automaticamente à disposição dessa Federação, tão logo eleitos para os cargos mencionados. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/80/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n. 055/88:

Do Poder Executivo, que revoga a Lei n. 8592/87 e autoriza a conceder reajus-

tes, na forma que especifica, aos servidores públicos do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.756. Anote-se - Arquite-se.

Indicações:

INDICAÇÃO

O Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder da Bancada do PTB, vem por meio deste, indicar à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, os Deputados do PTB que participarão das Comissões efetivas da Casa:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titular - Suplente

Erondy Silvério - Luiz Antonio Setti

COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
Titular - Suplente

Erondy Silvério - Luiz Antonio Setti

COMISSÃO DE SAÚDE
Titular - Suplente

Luiz Antonio Setti - Erondy Silvério

Nesta oportunidade envio a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, vem pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, em substituição as anteriores, a relação dos membros para comporem as Comissões Permanentes desta Casa, pois as mesmas sofreram algumas alterações.

Envio, nesta oportunidade, meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titular Suplente

CÂNDIDO BASTOS

ACYR MEZZADRI

DJALMA DE A.CÉSAR

AMÉLIA HRUSCHKA

EDMAR LUIZ COSTA

ARTAGÃO M. LEÃO

GERNOTE KIRINUS

HOMERO OGUIDO

HERMAS BRANDÃO

JOSÉ R. CARVALHO

JOSÉ AFONSO JR.

JOSÉ FELINTO

TADEU L. MACHADO

NELSON VASCONCELLOS

LAURO L.ALCANTARA

NESTOR BAPTISTA

CAÍTO QUINTANA

QUIELSE CRISÓSTOMO

NEREU C. MASSIGNAN

SABINO CAMPOS

COMISSÃO DE FINANÇAS
Titular Suplente

CÂNDIDO BASTOS

ACYR MEZZADRI

HOMERO OGUIDO AMÉLIA HRUSCHKA
 JOSÉ R. CARVALHO HAROLDO R.FERREIRA
 JOSÉ AFONSO JR. IRONDI PUGLIESI
 QUIELSE CRISÓSTOMO VERA AGIBERT

JOSÉ R. CARVALHO IRONDI PUGLIESI
 LUIZ C.ALBORGHETTI JOSÉ AFONSO JR.
 PAULO FURIATTI LAURO L.ALCANTARA
 PAULINO J.DELAZERI NEREU C.MASSIGNAN

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titular Suplente
 DIRCEU MANFRINATO HOMERO OGUIDO
 DOMINGOS SCARPELLINI JOSÉ R. CARVALHO
 ORLANDO PESSUTI TADEU L. MACHADO
 PAULO FURIATTI NILTON BARBOSA
 SABINO CAMPOS QUIELSE CRISÓSTOMO

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titular Suplente
 DOMINGOS SCARPELLINI GERNOTE KIRINUS
 JOSÉ R. CARVALHO HERMAS BRANDÃO
 LUIZ C.ALBORGHETTI JOSÉ FELINTO
 NILTON BARBOSA NEREU C.MASSIGNAN
 RAUL LOPES AMÉLIA HRUSCHKA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular Suplente
 ACYR MEZZADRI GERNOTE KIRINUS
 ANTONIO BÂRBARA DOMINGOS SCARPELLINI
 HERMAS BRANDÃO TADEU L. MACHADO
 JOSÉ FELINTO CAÍTO QUINTANA
 PAULO FURIATTI NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE TERRAS,
 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular Suplente
 DIRCEU MANFRINATO GERNOTE KIRINUS
 DOMINGOS SCARPELLINI LAURO L.ALCANTARA
 CAÍTO QUINTANA NILTON BARBOSA
 ORLANDO PESSUTI PAULO FURIATTI
 QUIELSE CRISÓSTOMO SABINO CAMPOS

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular Suplente
 ACYR MEZZADRI FERRARI JÚNIOR
 ANTONIO BÂRBARA ARTAGÃO M. LEÃO
 JOSÉ R. CARVALHO CÂNDIDO BASTOS
 NILTON BARBOSA HOMERO OGUIDO
 PIRAJÁ FERREIRA LAURO L.ALCANTARA

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular Suplente
 HAROLDO R.FERREIRA FERRARI JÚNIOR
 JOSÉ FELINTO CÂNDIDO BASTOS
 LAURO L.ALCANTARA IRONDI PUGLIESI
 NELSON VASCONCELLOS DOMINGOS SCARPELLINI
 ORLANDO PESSUTI LUIZ C.ALBORGHETTI

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular Suplente
 HERMAS BRANDÃO CÂNDIDO BASTOS
 JOSÉ AFONSO JR. HAROLDO R. FERREIRA
 JOSÉ FELINTO JOSÉ R. CARVALHO
 NEREU C.MASSIGNAN RAUL LOPES
 PIRAJÁ FERREIRA VERA AGIBERT

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular Suplente
 HERMAS BRANDÃO EDMAR L.COSTA
 TADEU L.MACHADO EDUARDO BAGGIO
 NILTON BARBOSA HOMERO OGUIDO
 PIRAJÁ FERREIRA JOSÉ R.CARVALHO
 SABINO CAMPOS QUIELSE CRISÓSTOMO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titular Suplente
 ANTONIO BÂRBARA DJALMA DE A. CÉSAR
 CÂNDIDO BASTOS EDUARDO BAGGIO
 HAROLDO R.FERREIRA CAÍTO QUINTANA
 NELSON VASCONCELLOS NILTON BARBOSA
 ORLANDO PESSUTI PAULO FURIATTI

COMISSÃO DE TURISMO

Titular Suplente
 AMÉLIA HRUSCHKA JOSÉ AFONSO JR.
 HOMERO OGUIDO DOMINGOS SCARPELLINI
 LAURO L.ALCANTARA NESTOR BAPTISTA
 NELSON VASCONCELLOS ORLANDO PESSUTI
 NILTON BARBOSA PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titular Suplente
 AMÉLIA HRUSCHKA ACYR MEZZADRI
 DJALMA DE A. CÉSAR DOMINGOS SCARPELLINI
 NEREU C.MASSIGNAN LUIZ C. ALBORGHETTI
 NESTOR BAPTISTA NILTON BARBOSA
 PAULINO J.DELAZERI RAUL LOPES

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

Titular Suplente
 ACYR MEZZADRI ANTONIO BÂRBARA
 DJALMA DE A.CÉSAR EDUARDO BAGGIO
 LAURO L. ALCANTARA IRONDI PUGLIESI
 NESTOR BAPTISTA JOSÉ FELINTO
 RAUL LOPES PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO-AMBIENTE

Titular Suplente
 GERNOTE KIRINUS DJALMA DE A.CÉSAR
 IRONDI PUGLIESI PAULO FURIATTI
 DOMINGOS SCARPELLINI ORLANDO PESSUTI
 JOSÉ AFONSO JR. RAUL LOPES
 QUIELSE CRISÓSTOMO SABINO CAMPOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titular Suplente
 AMÉLIA HRUSCHKA FERRARI JÚNIOR
 HOMERO OGUIDO GERNOTE KIRINUS
 IRONDI PUGLIESI HERMAS BRANDÃO
 CAÍTO QUINTANA LAURO L.ALCANTARA
 NEREU C.MASSIGNAN PAULINO J.DELAZERI

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Titular Suplente
 HAROLDO R. FERREIRA ANTONIO BÂRBARA

COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Titular Suplente
 HERMAS BRANDÃO AMÉLIA HRUSCHKA

DJALMA DE A.CÉSAR ARTAGÃO M. LEÃO
TÁDEU L.MACHADO NELSON VASCONCELLOS
CAÍTO QUINTANA NESTOR BAPTISTA

de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e Procuradores do Estado.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular	Suplente
GERNOTE KIRINUS	ACYR MEZZADRI
HOMERO OGUIDO	EDMAR LUIZ COSTA
TÁDEU L.MACHADO	EDUARDO BAGGIO
CAÍTO QUINTANA	PAULO FURIATTI
NESTOR BAPTISTA	QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO N. 732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 104/88, que modifica a redação do art. 1º da Lei Complementar n. 20 de 08 de maio de 1984, com inclusão de um parágrafo único, referente ao Ministério Público.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia e conseqüentemente arquivado o Projeto de Lei n. 180/87.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N. 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 333/87, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 30 sessões, o Projeto de Lei n° 69/86.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do requerimento de Regime de Urgência, atribuído ao Projeto de Lei n° 74/88, de autoria do Poder Executivo, tendo em vista a minuta das Propostas apresentadas e aprovadas pela Comissão de Educação, na Mesa Redonda do dia 19 de abril de 1988.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, inclusão na Ordem do Dia de hoje, conforme artigo 108 do Regimento Interno, do Projeto de Lei n° 42/88, que outorga a Matias Leh, cidadania honorária.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N. 735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 22/88, que torna sem efeito a cessão, por doação, através do Decreto n° 12.202 de 26/11/41, de imóvel de propriedade do Estado à Sociedade de Assistência aos Lázaros, e autoriza o Poder Executivo a doar o referido imóvel ao Município de Curitiba, além de outras providências.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N. 731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 105/88, que concede gratificação adicional por tempo

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Resolução, de sua autoria, n° 52/87, que autoriza a realização de plebiscito na localidade de Ouro Verde, Distrito do Município de Toledo, com o objetivo de sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO N° 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a marcação de Sessão Extraordinária para 6.ª feira, dia 06.05.88, às 10:00 horas da manhã.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a realização de uma sessão pública, no recinto da Assembléia Legislativa, para discutir a questão do ensino superior no Estado do Paraná, com as presenças de professores universitários, Deputados, representantes do Governo, Secretário de Estado da Educação, Secretário Especial para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, alunos e funcionários.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, seja o Projeto de Lei n° 030/88, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, anexado ao Projeto de Lei n° 097/87, de autoria do mesmo Deputado, posto que ambos tratam do mesmo assunto, ou seja, a criação da Faculdade Estadual de Filosofia de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivando Passinato, ocorrido em 28 de abril do corrente ano, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Inah Pereira Ramos, ocorrido dia 28 de abril, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamto: Edmar Luiz Costa e Aribal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Dia 28 de abril de 1988, a sociedade de Ponta Grossa, como de resto todo o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento da Senhora Inah Pereira Ramos.

O passamento da Senhora Inah Pereira Ramos, aos 65 anos de idade, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A extinta era esposa do ex-Deputado Federal Doutor Mário Braga Ramos, deixando cinco filhos e netos.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Ramos, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações ao Governo da Alemanha Federal pela decisão de manter o Consulado Geral do Paraná e Santa Catarina.

Requer, ainda, que deste seja dado conhecimento ao governo do País em questão, e ao Consulado em Curitiba,

Sala das Sessões, em 03.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Requerente se alinhou entre aqueles que postularam junto ao Governo da República Federal da Alemanha, pelo não

fechamento do seu Consulado no Paraná e Santa Catarina, considerando ser aquele um dos países mais desenvolvidos em todo o mundo e que grande contribuição tem trazido à formação étnica do Paraná, assim como para seu desenvolvimento econômico cultural.

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em ata da presente sessão, votos de congratulações, e manifestações de regozijo pela passagem do 81° Aniversário de Fundação do Jornal Diário dos Campos, a ser comemorado no dia 27 de abril de 1988, expressões estas que se atribuem a toda a Direção desse grandioso Jornal, representada na pessoa do seu Digníssimo Diretor Presidente, Senhor Henrique Dyniewicz, homem que, por sua incontestável capacidade profissional e administrativa, é merecedor do mais alto conceito da comunidade pontagrossense.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência da proposição em apreço, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, 747 - Caixa Postal 147 - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Fruto da luta do incansável batalhador Jacob Holmann, no dia 27 de abril de 1907, surgiu a primeira tiragem de 500 exemplares do Semanário "O Progresso", hoje o nosso querido "Diário dos Campos".

O Semanário "O Progresso" realmente progrediu, até que, em fins de 1912, passou a ser diário, razão pela qual passou a se chamar "Diário dos Campos", e se, por um lado, lamentamos a perda de grandes nomes que o conduziram os seus 81 anos de vida, por outro nos sentimos profundamente orgulhosos porque o Diário dos Campos, uma verdadeira Instituição da Região dos Campos Gerais, permanece tão sólido como as rochas que formam a nossa linda "Vila Velha".

"O Diário dos Campos", além de contribuir para o progresso e desenvolvimento social de Ponta Grossa e região, contribui para a formação de homens públicos, como foi o caso de José Hoffmann, que de Diretor do "Diário dos Campos", chegou a ser Prefeito Municipal de Ponta Grossa.

Poderíamos enumerar uma infinidade de nomes que se destacaram na direção desse grandioso Jornal ao longo de seus 81 anos de existência, porém, acima desses nomes, está o verdadeiro patrimônio histórico que continua vivo e atuante, chamado "Diário dos Campos", símbolo da cultura de um po-

vo, o povo pontagrossense, seja por nascimento ou por doação.

Só há cultura onde há história e, um povo sem história é um povo sem alma e, um povo sem alma é um povo morto, mas, o "Diário dos Campos", tem sido um baluarte na construção da história de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, (A.S.P.P), pela passagem do seu 56° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Presidente da entidade Doutor Fausto Luiz Abry, para que receba e transmita a todos os associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

É inquestionável o aspecto positivo da atuação da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, que está completando 56 anos de fundação.

Esta atuação tem dois sentidos claros dos quais a entidade não desviou ao longo desse tempo, que já ultrapassa a barreira do meio século.

O primeiro sentido é a unidade da classe para garantir seus anseios de atendimento no âmbito profissional.

A ASPP tem se constituído no eficiente instrumento de apoio do servidor público em suas justas reivindicações, e a par disso, dispensa os melhores esforços no sentido de promover o aprimoramento do funcionário, do qual decorre a sua valorização.

O segundo sentido é o atendimento social da categoria, assim como de seus dependentes. Nesse aspecto merece destaque o oferecimento de alternativas de lazer que tanto concorrem para o congraçamento da grande família que é a classe dos servidores públicos paranaenses. Igualmente é elogioso o trabalho na assistência de saúde, seja diretamente seja através de convênios.

Somente estes dois aspectos bastariam para dar uma clara visão de que a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, está cumprindo o seu importante papel na sociedade paranaense, e merece o nosso melhor aplauso, e nossa homenagem a sua diretoria, liderada pelo Presidente Fausto Luiz Abry, servidor deste Poder Legislativo - hoje inativo, mas dando o melhor de si em favor do funcionalismo público.

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Piraí do Sul, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve pede a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço ao casal Rose e Ernesto de Villela Neto pelo restauro de edificação histórica, importante para Curitiba, na avenida Batel, no endereço do antigo Parque Cruseiro, antiga Cervejaria do Leitner, imóvel já mencionado em crônicas de viajantes, e locais, no século passado, nos idos de 1872.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da Assembleia, de voto de congratulações e apreço ao jovem violinista paranaense Luiz Gustavo Surgik, pela sua vitória no Concurso Internacional de Violino de Vercelli, Itália, aos 16 anos, apontado por júri internacionalmente famoso, entre os quais pelo violinista "virtuose máxima" da cena musical mundial Yehudi Menuhin. E sugere ofício ao Secretário de Estado da Cultura recomendando récita breve do referido jovem virtuose, como solista, ou até individualmente, dentro da programação musical do Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No Concurso Internacional de Violino de Vercelli haviam 33 candidatos previamente selecionados, e as bandeiras dos 33 países hasteadas na ribalta do teatro italiano.

A cada desclassificação a bandeira do país do violinista eliminado era descida.

Pelos méritos de Luiz Gustavo Surgik, 16 anos, curitibano, a bandeira brasileira ficou até o fim.

Ao final, restaram 3 concorrentes: um inglês, um italiano e o nosso jovem violinista.

Em que pese terem os ingleses e italianos mais oportunidade de formação e informação musical, pelo ambiente mais erudito de suas culturas nacionais, o jovem virtuose brasileiro venceu. E mereceu comovido abraço de Yehudi Menuhin, o grande violinista vivo de nosso tempo, solista das maiores orquestras do mundo.

Já há algum tempo deu-se esta vitória. E o silêncio no Paraná e no palco do Teatro Guaíra, dói. Que eco demos à conquista do jovem paranaense? Que tenhamos nós? Exorcizar com as notas que saem de seu violino agilmente dedilhado a mediocridade e a antropofagia tão caras ao ambiente cultural da província? Assim, impõe-se, logo, se resgate a dívida da cidade com o jovem, agenciando-se um concerto, talvez até uma tournée nacional - com ele via Secretaria de Estado da Cultura.

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a apresentação de voto de congratulações pelo "Dia da Empregada Doméstica", que transcorre na data de hoje, durante a sessão plenária.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de congratulações com a classe dos taquígrafos, pelo transcurso, no dia de hoje, do Dia do Taquígrafo.

Dentro do complexo administrativo da Assembleia Legislativa, muitos são os setores e as classes funcionais que, unidos, dão as condições necessárias de funcionamento ao Poder Legislativo Estadual. O corpo de taquígrafos é um desses, que colabora grandemente para o sucesso das atividades parlamentares. Razão pela qual, é justo que neste dia que lembra estes profissionais, seja a classe, homenageada por esta Casa de Leis.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento aos taquígrafos da Assembleia, da Câmara Municipal e à Associação Paranaense de Taquigrafia.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

Um país que não educa o seu povo, está fadado à falência. O Brasil, hoje, mais do que nunca, precisa educar o seu povo para que possa este, amanhã, gerir o destino da Nação com condições de conduzi-la no rumo da liberdade e da justiça.

Esta a razão porque, iniciativas geradas do idealismo e da luta de alguns, como foi a construção e manutenção do Planetário e Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná, merece o apoio e incentivo da comunidade responsável. Mesmo porque o trabalho técnico-científico que vem o mesmo desenvolvendo por 10 anos, é hoje reconhecido mundialmente, e comprovado por inúmeras consultas solicitadas por outros países.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, Requer da Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações, pela comemoração do 10° aniversário de atividades do Planetário e Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná. Requer, ainda uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dada ciência ao Colégio em questão, ao Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Senhor Ministro da Educação.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de voto de congratulações, pelo transcurso do 4° aniversário de atividades da Associação de Yoga do Paraná - AYPAR.

REQUER, ainda, uma vez aprovado o presente requerimento, que do mesmo seja dado conhecimento à Associação em questão, na pessoa de sua Presidente, Senhora Neusa Dias.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Num mundo em que, dia-a-dia, o material se sobrepõe ao espiritual, colocando em risco o futuro da própria humanidade, entidades como a Associação de Yoga do Paraná, devem e merecem ser apoiadas e incentivadas porque têm por objetivo práticas morais, intelectuais, físicas e espirituais, tão necessárias ao homem de hoje, para que possa ele ter condições de preservar a terra para o homem de amanhã.

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder, de votos de congratulações à Fundação Logosófica de Curitiba, pela passagem nesta data, do aniversário de 10 anos de fundação daquela instituição.

Importante ciência social, a logossófia dentre outros conceitos, é "uma nova forma de sentir e conceber a vida", conforme propriamente colocado pela professora Maria Lúcia Contijo.

Através do presente, o Poder Legislativo Paranaense, soma-se aos demais cumprimentos à Fundação homenageada, pelo exemplar e desprendido trabalho desenvolvido ao longo da última década.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à entidade supra citada.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações a Dom Jerônimo Mazzarotto, que no dia 11 deste mês completou 90 anos de idade, bem como pelo seu 67° aniversário de ordenação sacerdotal.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a D. Jerônimo Mazzarotto.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dom Jerônimo Mazzarotto é o sacerdote mais antigo do Paraná. No dia 11 deste mês de abril completou 90 anos de idade. E também neste mês de abril, dia 24 - domingo último completou seu 67° aniversário de ordenação sacerdotal.

Mas, não é apenas por essa fração temporal que se deve medir o valor e a importância do cidadão e sacerdote. É um aspecto importante, sem dúvida, porém nada seria sem o seu extraordinário trabalho em prol da sociedade, da comunidade em geral e em especial do povo católico do Paraná.

Ao longo de seu trabalho ministerial vem desempenhando os mais diversos cargos e missões, em diversas atividades no Paraná. Foi ele, também, o responsável pela construção da Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, no bairro do Batel.

Dom Jerônimo é hoje, o bispo emérito de Curitiba.

Ao se completar o 90° aniversário natalício e o 67° sacerdotal, por mais expressivas que sejam as homenagens prestadas a

D. Jerônimo, ainda assim os paranaenses em geral e curitibanos em particular, muito lhe ficarão em débito pelos grandes exemplos, pelos ensinamentos, pelo trabalho comunitário e pelo desempenho pastoral.

Ele é, e continuará, sempre, sendo uma fonte de inspiração para todos nós, muito especialmente quando atravessamos quadras difíceis em nosso país.

Queremos deixar, nesta oportunidade, com nosso respeito e admiração, para a permanente reflexão, as palavras de Dom Jerônimo, como sempre muito oportunas: "Sem a renovação do homem, de nada vai adiantar a renovação das leis". Eis aí, uma grande lição. Mais uma grande lição que nos dá Dom Jerônimo Mazzarotto.

REQUERIMENTO N° 739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de congratulações pelo transcurso de 24° aniversário do Município de Rio Bom, transcorrido em 28 de abril.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Mauro Pinto de Andrade, Digníssimo Prefeito Municipal de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de congratulações pelo transcurso do 24° aniversário do Município de Jardim Alegre, transcorrido em 28 de abril.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Alzemiro Francisco Reeh, Digníssimo Prefeito Municipal de Jardim Alegre.

Sala das Sessões em 03.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 737

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações, pelo transcurso do "Dia do Taquígrafo", comemorado em todo o país na data de hoje.

REQUER, ainda, que do presente seja dada ciência a todos os taquígrafos (as), funcionários desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão de voto de congratulações e manifestações de regozijo pela passagem do 117° aniversário de emancipação política do Município de Imbituva, a ser comemorado no dia 03 de maio de 1988, expressões estas que se atribuem a toda comunidade local, representada nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, José Alberto Tessari.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência às autoridades mencionadas.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Há 117 anos era criado o Município de Imbituva, um dos mais antigos do Paraná.

O ideal daquele povo de ver sua localidade emancipar-se politicamente tornara-se realidade, porém, tal conquista resultou da luta de incansáveis homens, que não se deixaram levar pelas dificuldades enfrentadas, mas firmaram este marco na história do Paraná.

Todos nós paranaenses, seja por nascimento ou por adoção, sentimo-nos profundamente orgulhosos e envaidecidos por esta data, pois trata-se do aniversário de um município cuja história integra a própria história do Estado do Paraná.

Muitos dos homens pioneiros que desbravaram o sertão para fazer daquela terra a sua fonte de vida, já não existem, mas o velho Município de Imbituva permanece contribuindo para o progresso sócio-econômico de seu povo e de todos os nossos irmãos paranaenses.

Parabéns Imbituva, que já é chamada de Cidade das Malhas e tens demonstrado que assim merece ser chamada. Afinal, é através do esforço de muitos que foi realizada de 30 de abril a 02 de maio de 1988 a IV EXPOSIÇÃO-FEIRA DE MALHAS DE IMBITUVA-PR.

Imbituva, "cidade de paz que a todos acolhe de braços abertos em prova de amor. Mas quando chamados provaram teus filhos que sabem lutar com grande fervor". (Segunda parte da Letra do "Hino do Centenário de Imbituva").

REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares e, tendo em vista o que lhe assegura o Regimento deste Poder, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata e formulação de Votos de Congratulações, pela passagem do Dia do Contabilista".

Há 43 anos, teve início em nosso País

o Curso de Ciências Contábeis, formando profissionais que exercem suas atividades nos setores público e privado, propiciando com o seu trabalho uma perfeita análise de todos os custos e aplicações de verbas e recursos, principalmente quando procedem auditoria que é atribuição exclusiva dos contadores ou Bacharéis em Ciências Contábeis.

REQUER, outrossim, que da decisão do Poder Legislativo, se dê ciência aos homenageados, no Sindicato dos Contadores e Bacharéis em Ciências Contábeis do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto congratulatório aos contabilistas pela passagem, hoje do seu dia, como reconhecimento ao trabalho fundamental e relevante que desempenha essa classe desde os tempos remotos da história humana pois o desenvolvimento de negócios não acontece sem o registro do fenômeno quantitativo das operações financeiras as quais possibilitam aos administradores direcionarem as forças para o alcance de seus objetivos.

Sala das Sessões, 03.05.88

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "votos de congratulações" e manifestações de regozijo à Direção do "Operário Ferroviário Esporte Clube", de Ponta Grossa, representado na pessoa do Sr. Altamir Rodrigues, Presidente, extensivos à gloriosa equipe que o compõe, pela significativa data de 01 de maio próximo, em que aquele renomado clube esportivo comemora o seu 76° aniversário.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência àquela Presidência, à Rua Emílio de Menezes esquina com Rua Padre Miguel, s/n - Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações pelo 6° aniversário do município de Altamira do Paraná.

Outrossim, pede-se que da deliberação

desta Assembléia, se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito do referido Município, bem como à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto congratulatório e de Louvor ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação e à Associação Hospitalar de Proteção à Infância Raul Carneiro, mantenedora dos Hospitais Pequeno Príncipe e Cezar Pernetta pela feliz iniciativa de assinarem convênio que garante escolarização de crianças hospitalizadas com internamento a longo prazo.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, à Associação Hospitalar de Proteção à Infância.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Constantemente, grande número de crianças perdem anos letivos, por sofrerem de enfermidades que necessitam de internamentos hospitalares. Com a medida adotada pelas duas entidades, esse grave problema fica sanado, possibilitando, assim, às crianças enfermas a não sofrerem interrupção em seus estudos. Não raro, uma enfermidade um pouco mais prolongada faz com que a criança, que vive num constante aprendizado, perca noções fundamentais do currículo escolar e, conseqüentemente, o ano letivo. Esse ano letivo representa um ano da vida do futuro trabalhador e construtor deste País.

REQUERIMENTO N° 750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto congratulatório aos taquígrafos pela passagem hoje, do seu dia como reconhecimento ao trabalho eficiente e responsável no desenvolvimento nas áreas de comunicação, que vem contribuir para o bom desempenho de informações corretas e verdadeiras.

REQUER, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa à Associação Paranaense de Taquigrafia, na pessoa de sua Presidente, Paula Greiff Coutinho.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 723

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado voto de congratulações ao

Pastor Daniel Marques Padilha, pela sua posse recentemente com Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Arapoti-PR, desejando muito sucesso e grandes realizações.

REQUER, ainda, que seja oficiado ao mesmo através do seguinte endereço:

Rua Telêmaco Carneiro, 916

86.510 - Arapoti - PR.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado voto de louvor ao Pastor Daniel Livingston Lagos, pelos excelentes serviços prestados junto a comunidade da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Mallet-PR., durante um período de 2 anos e 11 meses que lá permaneceu.

Outrossim, REQUER, que também seja consignado voto de congratulações ao nobre Pastor, pela sua posse ocorrida recentemente junto a Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Antonina-PR., desejando muito sucesso e grandes realizações em seu novo local de trabalho.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

O Pastor Daniel Livingston Lagos, esteve na direção da Igreja Evangélica de Deus em Mallet-Pr., durante um período de 2 anos e 11 meses, realizando um excelente trabalho em todas as áreas possíveis, recebendo aplausos de toda aquela comunidade, aos quais juntamos as nossas mais profundas e sinceras considerações em reconhecimento aos serviços prestados.

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado voto de louvor ao Pastor Sebastião Augusto da Silva, pelos excelentes serviços prestados junto a comunidade da Igreja Assembléia de Deus em Antonina-PR, durante o período de 2 anos e 2 meses que lá permaneceu.

Outrossim, REQUER, que também seja consignado voto de congratulações ao nobre Pastor, pela sua posse ocorrida recentemente junto a Igreja Assembléia de Deus, na cidade de Cornélio Procópio-PR., desejando muito sucesso e grandes realizações em seu novo local de trabalho.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

O Pastor Sebastião Augusto da Silva,

esteve na direção da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Antonina - PR.; durante o período de 2 anos e 2 meses, realizando um excelente trabalho na área financeira e na área pastoral, recebendo aplausos de toda aquela comunidade, aos quais, juntamos as nossas mais profundas e sinceras considerações em reconhecimento aos serviços prestados.

REQUERIMENTO N° 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado voto de louvor ao Pastor Isaías Gonçalves, pelos excelentes serviços prestados junto a comunidade da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Cornélio Procópio-PR., durante o período de 1 ano e 8 meses que lá permaneceu.

Outrossim, REQUER, que também seja consignado voto de congratulações ao nobre Pastor, pela sua posse ocorrida recentemente junto a Igreja Assembléia de Deus, na Cidade de Assaí-PR., desejando muito sucesso e grandes realizações em seu novo local de trabalho.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

O Pastor Isaías Gonçalves, esteve na direção da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Cornélio Procópio-PR., durante um período de 1 ano e 8 meses, realizando excelentes trabalhos na área financeira e na área pastoral, recebendo aplausos de toda aquela comunidade, aos quais, juntamos as nossas mais profundas e sinceras considerações em reconhecimento aos serviços prestados.

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a liberação de uma viatura policial a ser utilizada pela Polícia Civil e uma viatura a ser utilizada pela Polícia Militar do Paraná, no município de Mandaguari, conforme solicitação do Senhor Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Lo-

pes. de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a liberação do Termo Aditivo, no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzados), com a Prefeitura Municipal de Sarandi, para o término do prédio da Delegacia de Polícia local, conforme solicitação do Senhor Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a criação, no município de Cascavel, do Distrito Judiciário de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Lindoeste foi criado pela Lei 6.851, de 13 de dezembro de 1976.

O recenseamento geral de 1980, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, registrou a existência, no referido Distrito, de 10.260 (dez mil, duzentos e sessenta) habitantes. Tomando-se por base a estimativa efetuada pelo mesmo Instituto, da população residente nos Municípios do Estado, depreende-se que no Município de Cascavel houve um acréscimo populacional de aproximadamente 22%, concluindo-se dessa forma que o Distrito de Lindoeste conta atualmente com 12.500 (doze mil e quinhentos) habitantes, aproximadamente. Tal estimativa foi efetuada em 01 de julho de 1985.

A Coordenadoria da Receita do Estado, através de levantamento efetuado pela 13ª Delegacia Regional da Receita, constatou a existência de 41 empresas instaladas no Distrito, no ano de 1986.

Em 1986, de acordo com Certidão expedida pelo Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná, através do Juízo Eleitoral da 143ª Zona, o Distrito de Lindoeste possuía 3.408 (três mil, quatrocentos e oito) eleitores.

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficializado ao Excelentíssimo Senhor Governador Alvaro Dias, no sentido de determinar ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, Professor René Ariel Dotti para estudar a possibilidade do Governo do Estado, com o

auxílio de outros segmentos da comunidade, reverter a dívida do Museu David Carneiro para o Estado, visando assim preservar este acervo cultural no Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as dificuldades advindas para pessoas que se dedicam à preservação da nossa memória cultural e histórica são uma constante em nosso País, justamente pelo desinteresse do Poder Público na maioria das vezes, cumpre ao Estado dar o apoio e assistência necessários para que tão nobres iniciativas de particulares possam se desenvolver. Esses freqüentes descuidos têm levado o País a perder importantes acervos e dificultando qualquer ação quando procura recuperar o que se perdeu.

O Caso referente ao Museu David Carneiro não é diferente e terá inevitavelmente o mesmo fim se não houver uma pronta ação do Poder Público Paranaense, visto que as dificuldades enfrentadas por esse emérito professor e historiador na manutenção do seu ideal são antigas, tanto assim que culminam agora com o enfrentamento do problema da dívida contraída junto ao Banco do Brasil.

É urgente que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura tome as providências no sentido de converter a dívida para o Estado ou então encontre uma outra solução que atenda o interesse em tela, não é do professor David Carneiro apenas, mas principalmente da memória do próprio Paraná.

É desnecessário relembrar aqui a importância do Museu, bem como o elevado serviço prestado à cultura paranaense. O acervo é dos maiores e mais completos que se tem notícia. Portanto deve ser preservado, pois do contrário o Estado corre o risco de perder esse importante acervo, o que seria, sem dúvida, uma perda irreparável, originando não só o prejuízo cultural direto como o desestímulo a qualquer outra iniciativa particular de cidadãos dedicados como o Professor David Carneiro.

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Presidência do Banco do Brasil, solicitando a instalação de Postos Avançados do Banco do Brasil nos Distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional, aliado ao

Crescente volume de comercialização agrícola, justificam a instalação de postos avançados do Banco do Brasil nas referidas localidades, trazendo maior economia e comodidade aos habitantes daqueles Distritos e Região.

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio José Correia Ribas, Diretor Geral do D.E.R. (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem), solicitando melhorias nas sinalizações e iluminações nas rodovias que interligam Maringá, mormente nas rodovias Maringá - Campo Mourão e Maringá - Apucarana, tendo em vista o grande risco de acidentes, principalmente à noite, conforme preocupação do nobre edil Antenor Sanchez, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário, vem reiterar e requerer conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta da mesma encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente bem como a esse Parlamentar que a REQUER.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Sr. Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, ao Diretor-Presidente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - D.N.E.R. Sr. Toyoshi Sakai e ao Ministro dos Transportes Sr. José Reinaldo Carneiro Tavares, solicitando os estudos necessários para a construção da duplicação da rodovia BR-369, no trecho compreendido entre Mello Peixoto a Londrina, passando por Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Jataizinho e Ibiaporã, beneficiando ainda os municípios de Uraí, Assaí e outros da região.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação ora apresentada se faz em função das péssimas condições de tráfego ora oferecido por essa rodovia, que está com seu acostamento em precária situação, gerando com isso muita insegurança, além do imenso movimento de veículos pequenos e caminhões que transitam por essa via de ligação do Norte do Paraná a São

Paulo e aos demais Estados da Federação, tendo como ligação principal ao Estado de São Paulo.

Por outro lado, já está em funcionamento a construção da duplicação da mesma rodovia no trecho que liga Maringá a Londrina, podendo ser ampliada até a divisa com o Estado de São Paulo, beneficiando as cidades acima mencionadas.

Do presente, REQUER, ainda, se dê conhecimento aos ilustres Prefeitos Municipais e Câmara de Vereadores das Cidades de Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Jataizinho, Ibiaporã e Londrina, e especialmente aos Deputados Federais que atuam na região Osvaldo Macedo, Hélio Duque, José Tavares, Alceni Guerra, Alarico Abib e Santinho Furtado.

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Ilustre Governador do Estado do Paraná Sr. Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sr. Ary Velozo Queiroz e ao Superintendente da SUREHMA, Dr. Alberto Baccarin, solicitando providências visando a perfuração de um poço artesiano no Bairro Juca Batista, no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de que uma das primeiras necessidades dos moradores do referido bairro, sendo a mais premente é o abastecimento de água potável, uma vez que o poço lá existente e que cumpria tal finalidade, secou.

A escola situada naquele bairro, que pertence ao vizinho Município de Abatiá, que divisa com o de Bandeirantes, é a que mais tem sofrido com a atual situação, pois o antigo poço supria os alunos e professores do estabelecimento, sendo portanto de vital importância para o seu funcionamento.

Aquela região é densamente povoada, com várias residências portanto, e o atendimento ao pleiteado sanaria tal deficiência, beneficiando igualmente os cidadãos rurais de Bandeirantes e de Abatiá, possibilitando o consumo e o uso do precioso líquido por expressivo número de pessoas.

REQUER, do presente, se dê conhecimento aos ilustres Prefeitos Municipais de bandeirantes e Abatiá bem como aos integrantes das Câmaras Municipais de Bandeirantes e Abatiá.

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Iran Roberto Brzezinski, Secretário de Estado de Assuntos Fundiários, solicitando que as famílias acampadas na Fazenda Santa Filomena, em Leopólis sejam incluídas no Programa de Distribuição de alimentos daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) IRONDI PUGLIESI.

Apoiamento: Sabino Campos, Haroldo Rodrigues Ferreira, João Arruda, José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Domingos Scarpellini, Nestor Baptista, Vera Agibert, Djalma de Almeida César, Raul Lopes, Nilton Barbosa, Dirceu Manfrinato e Quilse Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica face à recente invasão de aproximadamente 100 famílias sem terra, na Fazenda Santa Filomena, no município de Leopólis, que enfrentam o problema da falta de alimentos. São crianças, mulheres e idosos os principais atingidos pela falta de condições adequadas de sobrevivência.

Com Deputados representantes de diversas regiões do Estado do Paraná, e sem entrar no mérito da argumentação política que justificou tal invasão, sensibilizados ressaltamos a importância da remessa de alimentos para o referido acampamento, como uma medida humanitária, que amenize a precária situação existente, a exemplo do que acontece em 39 acampamentos e assentamentos provisórios no Paraná.

REQUERIMENTO N° 755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à FUNDEPAR, na pessoa de seu Diretor-Superintendente, Professor Judas Tadeu Grassi Mendes, solicitando a este órgão a doação de uma máquina de escrever (se possível elétrica) para atender serviços de secretaria na Escola Estadual Professor César Botelho, ensino de 1° Grau, no Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Professor César Botelho, ensino de 1° grau no Município de São Jorge do Ivaí, está necessitando com urgência de uma máquina de escrever para atender os serviços de secretaria da mesma, uma vez que esta não possui máquinas suficientes para desempenhar satisfatoriamente os trabalhos administrativos da re-

ferida escola.

REQUERIMENTO N° 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação de um Posto de Identificação no Município de São Jorge do Ivaí, o qual seria instalado na Prefeitura Municipal, tendo já disponível o funcionário municipal para atendimento do referido Posto de Identificação.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, Dr. Douglas Aquim.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que o município em questão está distante cerca de 50 km. da cidade de Maringá, o que torna difícil para a população do Município de São Jorge do Ivaí, de origem estritamente agrícola, a obtenção do documento de identificação.

REQUERIMENTO N° 757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando que sejam ministrados no período diurno os cursos de pré-escola a oitava série, na Escola Vinícius de Moraes, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É uma antiga reivindicação da população do Conjunto Habitacional, Cidade Alta, no Município de Maringá, o funcionamento dos cursos de pré-escola a oitava série na Escola Estadual Vinícius de Moraes, naquele bairro, uma vez que os filhos dos moradores precisam se deslocar a bairros mais distantes para poderem frequentar os referidos cursos.

REQUERIMENTO N° 759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Sr. Rubens Bueno, solicitando a construção de um campo de futebol e uma cancha polivalente no Conjunto Habitacional Cidade Alta, no Município de Maringá, através de recursos do

Projeto Gralha Azul.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Por estar localizado num bairro afastado do centro de Maringá, e não ter nenhuma área de lazer onde os moradores possam se divertir, se faz necessária a construção de um campo de futebol e uma cancha polivalente no Conjunto Habitacional Cidade Alta.

REQUERIMENTO N° 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a construção de uma ROTATÓRIA no trecho da Rodovia Contorno Sul, que corta o Conjunto Habitacional Cidade Alta, no Município de Maringá:

1. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig.
2. Diretor do D.E.R., Senhor Antônio José Correia Ribas.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Rotatória que havia sido planejada para o trecho da rodovia Contorno Sul, que corta o Conjunto Habitacional Cidade Alta, em Maringá, está ameaçada de não ser construída por falta de verba da Prefeitura do referido Município. Esta é de vital importância para a segurança dos habitantes do Conjunto Habitacional Cidade Alta, em Maringá.

REQUERIMENTO N° 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a iluminação da cancha de esportes e reparos no telhado da Escola Estadual Vinícius de Moraes, no Município de Maringá:

1. Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.
2. Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A iluminação da cancha esportiva se faz necessária pois é impossível a prática de esportes e de aulas de Educação Física no período noturno.

Os reparos no telhado são de extrema necessidade para evitar os alagamentos, em salas de aula e despensas, que são constantes em dias de chuvas, nesta Escola.

REQUERIMENTO N° 760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Sr. Rubens Bueno, solicitando a construção de uma creche no Conjunto Habitacional Cidade Alta, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É necessária a construção de uma creche no conjunto Habitacional Cidade Alta, a fim de facilitar a vida das mães que trabalham fora para contribuir no orçamento familiar e não têm onde deixar os seus filhos durante o expediente normal de trabalho.

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a colocação de quebra-molas de alerta, antes da Rotatória, no Conjunto Habitacional Cidade Alta, no Município de Maringá:

1. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig.
2. Diretor do D.E.R., Senhor Antônio José Correia Ribas.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Segundo a direção do Departamento de Estradas de Rodagem, são proibidos estes quebra-molas, mas existem em diversas rodovias estaduais e federais, além de serem uma grande arma na redução do número de acidentes nas estradas.

REQUERIMENTO N° 762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando junto a esta Secretaria, a doação de um vídeo-cassete para a Escola Estadual Professor César Botelho, ensino de 1° Grau, no Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O vídeo-cassete é, hoje em dia, um material didático dos mais usados em diversas escolas de ensino de primeiro grau. Objetivando a melhoria no desenvolvimento

pedagógico junto aos alunos da Escola Estadual Professor César Botelho, é que se faz necessária a doação do referido aparelho para esta escola.

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando destinar à Delegacia de Polícia do Município de Umuarama, duas viaturas policiais novas, equipadas com xadrez e rádio transmissor/receptor; a instalação de um aparelho telefônico PABX, nas dependências da Delegacia, e de um aparelho de Rádio-amador, e solução na instalação do sistema hidráulico daquela Delegacia.

Requer ainda, que se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Leonel Ribeiro, MD. Delegado de Polícia de Umuarama, ao Excelentíssimo Sr. Vereador José Luciano Andrade Filho, Presidente da Câmara Municipal e ao ilustre Vereador Dr. Massachi Mariushi, ambos de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

As condições em que se encontra o aparelho policial de Umuarama está a requerer melhorias, pois as constantes diligências a que é solicitada a referida repartição pública, exige melhores condições físicas e materiais. Apesar de serem poucos os recursos humanos, são abnegados e competentes em seu trabalho cotidiano, oferecendo aos municípios, eficiência e segurança no trato da prevenção e repressão aos marginais.

Também necessita aquela Delegacia, de solução ao problema apresentado no sistema hidráulico.

REQUERIMENTO N° 744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, e Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a instalação de um Distrito Policial no Balneário Ipanema, com jurisdição nas localidades de Praia das Canoas, Camery ou Olho D'Água, Grajaú e Shangri-lá.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Balneário Ipanema, próspera localidade litorânea do nosso Estado, pelo expressivo desenvolvimento alcançado nos úl-

timos anos, reclama a instalação de um Distrito Policial com jurisdição nas localidades de Praia das Canoas, Camery ou Olho D'Água Grajaú e Shangri-lá.

A população que vive e trabalha nessas localidades necessita de policiamento em tempo integral, haja vista que possuem tais localidades, a mesma dinâmica, por conseguinte, os mesmos problemas inerentes a qualquer centro urbano, tais sejam, falta de segurança, assaltos, delinquentes, etc.

Pelo exposto, encarece a anuência dos nobres Pares desta Augusta Casa.

REQUERIMENTO N° 713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador, solicitando intensificação, através dos veículos de comunicação, na campanha conscientizadora dos perigos existentes no uso inadequado dos agrotóxicos, procurando dessa forma subtrair o número de intoxicações que tem crescido de ano a ano.

Outrossim, requer que seja dada ciência da decisão da Casa à IAEP - OCEPAR e FETAEP.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se prende ao fato de que o uso de agrotóxicos na agricultura muitas vezes se torna indispensável, por isso há a necessidade de aperfeiçoamento na campanha de conhecimento e conscientização dos perigos causados por esse uso que sem os devidos cuidados poderão tornar-se verdadeiros veículos de morte, pois de acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, só no primeiro trimestre deste, 145 pessoas ficaram intoxicadas e mais de 5 morreram, representando 25% do total de casos registrados no ano passado.

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Sr. Álvaro Dias, ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens - D.E.R. Sr. Antônio Correia Ribas e ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A. Eng° José Haroldo Carneiro Lobo, solicitando a agilização do projeto de recuperação do

Bandeirões das Antas, no Município de Bandeirantes, no trecho que percorre o perímetro urbano, nas imediações da Vila União.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se fez em função de que os moradores daquela região urbana estão em estado de verdadeiro pavor, pois já foram vítimas de enchentes, as quais danificaram suas propriedades, além de colocá-los em risco de vida.

O leito natural, em períodos de grandes chuvas, não dá vazão ao fluxo d'água, dando-se o transbordamento.

A ponte que conduz às Termas Yara, em função do seu porte pequeno, funciona como uma verdadeira barragem que contribui para o represamento das águas.

Os Poderes Públicos municipais, especialmente os moradores daquela Vila, aguardam ansiosamente a solução dos problemas, visando a preservação do patrimônio particular e a segurança das vidas dos cidadãos esclarecendo que não houve resposta alguma sobre a realização do projeto enviado pelo Executivo Municipal.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes, aos integrantes da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes e em especial ao Vereador Sérgio Mendes Vilela que foi o autor do referido pedido.

REQUERIMENTO N° 709

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário vem reiterar e requerer conclusões sobre referido pedido, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta do mesmo, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente bem como a esse Parlamentar que o requer.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao DD. Diretor do Detran do Paraná, Dr. Jesus Sarrão, solicitando a instalação de Posto de Exame Psicotécnico na Cidade de Bandeirantes para atendimento aos interessados locais e da região, visto ser Bandeirantes uma Ciretran e centro de uma pequena Região.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de que Bandeirantes conta hoje com mais de 41.000 (quarenta e um mil) habitantes, sendo pólo de vasta região agroindustrial, contando também com a escola superior - Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", com centenas de alunos de todos os recantos do País, mercê do gabarito do

seu ensino, com destaque no cenário educacional do País. A fertilidade de seu solo somente é comparável as terras pretas da Ucrânia. Coloca-se em plano de relevância no âmbito da arrecadação de tributos ao erário nacional.

A florescência do seu parque industrial e do comércio, em franca e próspera atividade, centralizada a população de cidades circunvizinhas, num número superior a 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas, cuja significativa parcela para aqui ocorre em busca das mais diversas atividades.

Ainda assim, os interessados em conseguir exame psicotécnico são obrigados a se dirigirem à cidade de Cornélio Procopio, onde somente aos sábados são efetuados os exames. Tal situação traz enormes transtornos àquelas pessoas que além do prejuízo pecuniário, são obrigadas a se deslocarem até aquela cidade para conseguirem seus objetivos, sendo que, invariavelmente, são obrigados a retornar em função do grande número de atendimento. Assim, são corriqueiros os reclamos desse representativo segmento da comunidade regional que se aflige com a despesa acarretada e a flagrante perda de tempo. Destarte, se afigura justo que o ilustre destinatário, atentando para os fatos e dados já expostos, na nossa condição de pólo geodemográfico-econômico, promova gestões no afã de que seja instalado um posto de exame psicotécnico no município, atendendo assim ao interesse dos motoristas e como fator de descentralização de serviços o que, sem sombra de dúvidas, trará economia de tempo e dinheiro a ambas as partes.

Somente a título de ilustração, aventa-se a possibilidade da colaboração após providências de estilo, do Executivo Municipal e da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", no tocante a disposição de psicólogos e técnicos habilitados para a prestação desse serviço.

Requer, do presente, se dê conhecimento ao Vereador Sérgio Mendes Vilela, autor do pedido, ao Prefeito Municipal de Bandeirantes Câmara Municipal de Bandeirantes e ao Diretório do PMDB de Bandeirantes.

REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expedidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Sr. Alvaro Fernandes Dias e ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes Sr. Heinz George Herwig, solicitando melhorias no aeroporto da cidade de Bandeirantes, visando a realiza-

ção do asfaltamento em toda sua extensão, bem como demais obras necessárias ao seu amplo funcionamento.

Sala das Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Bandeirantes é uma cidade pólo de uma região, que conta com uma Faculdade de Agronomia, e com sua agricultura em amplo desenvolvimento utilizando muito a técnica da viação agrícola.

Por outro lado, há que se considerar, também, a existência de vários proprietários de aviões pequenos, e ainda a existência de um comércio ativo, onde a agroindústria se desenvolve dentro dos limites estabelecidos pelo nosso atual quadro econômico.

As melhorias no aeroporto irão sem sombra de dúvidas desenvolver o município e toda região.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expeditas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, ao ilustre Governador do Estado de São Paulo, Sr. Orestes Quêrcia e ao Secretário dos Transportes do Estado de São Paulo, a fim de que se estude a possibilidade de construção de uma ponte sobre o Rio Paranapanema, ligando os Municípios de Itambaracá (Paraná) e Cândido Motta (São Paulo).

Sala Sessões, em 03.05.88

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida reivindicação se faz em função de que, até a presente data, a transposição do rio é efetuada através de balsa explorada por particular.

É uma importante ligação, pois, a mesma liga o Estado do Paraná ao Estado de São Paulo, constituída por uma região de grande produção agrícola, cujo escoamento será finalmente facilitado em função da construção da ponte. O benefício é de tamanha importância, que irá atender a uma reivindicação antiga de milhares de agricultores daquela região.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município de Itambaracá.

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Administração, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná e ao Superintendente do IPE, no sentido de que sejam tomadas urgentes medidas para que sejam revistas as fórmulas de cálculos dos reajustes das prestações da casa própria, impedindo desta forma que as mesmas sejam reajustadas acima dos índices de aumento concedidos pelo Poder Executivo, independente das cláusulas contratuais de reajuste.

A situação aflitiva por que passam os mutuários dos conjuntos habitacionais de Curitiba, principalmente aqueles que percebem através dos cofres públicos, torna inadiável esta medida, já que em razão das recentes medidas governamentais de arrocho salarial, torna inadimplente quase que a totalidade desses mutuários.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando sejam enviados esforços, visando atender, com a brevidade possível, as reivindicações formuladas pela Chefia do Núcleo Regional do SETAS, na cidade de Ponta Grossa, através do Ofício 292/88, pelo qual apresenta necessidades prementes do setor, tais como:

1. A concessão de mais um veículo, em bom estado de conservação, para fazer face as constantes viagens que o setor em si exige;

2. Aumento da cota mensal destinada ao custeio de combustível para Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), hoje em torno de Cz\$ 8.000,00 (oito mil cruzados);

3. Uma central telefônica, uma máquina xerox e a instalação de bebedouro.

Com o presente, objetiva o Parlamentar, sensibilizar o Senhor Secretário de Estado do Trabalho, para as carências daquela importante e indispensável setor assistencial do Estado, e providências a serem tomadas, com o propósito de oferecer uma melhor estrutura de trabalho para o bom desempenho dos programas e projetos desenvolvidos junto a população usuária daquela cidade, propiciando-lhes condições satisfatórias de atendimento e à altura de suas necessidades.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao ilustre Doutor Judas Tadeu Grassi Mendes, digníssimo Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de viabilizar estudos e recursos para a construção de uma quadra de esportes, no Colégio Estadual Professora Leonidia Pacheco- ensino de 1° e 2° graus, de Maria Helena- Pr.

Requer, ainda, que se dê ciência à Direção do referido estabelecimento de ensino (Rua Glória, 583- 87, 840 Maria Helena-Pr), e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Doutor Massachi Mariushi, da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que a atividade recreativa e esportiva, torna saudável nossas crianças, principalmente na fase de crescimento, além de contribuir para o equilíbrio sócio-econômico.

REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz George Herwig, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações a respeito da programação já iniciada, e não concluída da pavimentação asfáltica de Douradina ao distrito de Carboneira, até a cidade de Umuarama, e do trecho de Douradina a São José, até a cidade de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Antiga é a reivindicação de que se concretize a pavimentação asfáltica de Douradina ao Distrito de Carboneira até a Cidade de Umuarama, e do trecho de Douradina a São José até a cidade de Maria Helena, com empenho e esforço dos Senhores Deputados da região noroeste do Estado, nesse sentido, reivindicando desde o ano de 1982, haja vista que já foi anotada a programação por esta Secretaria anteriormente.

A conclusão deste projeto, viria beneficiar as condições de tráfego, tanto para os passageiros como para o escoamento da safra agrícola e pecuária.

REQUERIMENTO N° 703

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, e os demais membros da Assembléia Legislativa que aqui assentam seu apoio, solicitam da diretoria do Banestado as seguintes informações, conforme informou o Jornalista Renato Schaitza, no seu artigo "Filas de Tortura", publicado no domingo, dia 20 de abril próximo passado:

1. que tipos de operações financeiras (contas correntes de movimento simples, contas correntes remuneradas, operações no mercado aberto de "over" e de "open", CDBs, ou outras) a Prefeitura de Curitiba mantém com o Banco do Estado do Paraná? Que tipos de empréstimos o banco concedeu à PMC?

2. Qual o montante destas operações, por mês, nos últimos vinte meses, a contar regressivamente deste mês de abril, deste ano de 1988? (Comprovar com documentação).

3. Quais as taxas de juros que o Banco do Estado vem pagando à Prefeitura nos últimos vinte meses? (comprovação com documentos: cópias de extratos bancários e avisos de lançamentos). Idem para as remunerações dos empréstimos.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista Renato Schaitza, conceituado articulista da imprensa local, escreveu e assinou no "Estado do Paraná", de 10 de abril de 1988, domingo próximo passado, gravíssimas acusações, que pesam sobre o Banco e sobre a Prefeitura de Curitiba. Entendemos que a administração recém empossada merece ocasião de defesa pública, e oferecemos para tal o instrumento democrático materializado neste pedido de informações da Assembléia Legislativa.

É nosso propósito livrar o novo presidente de dúvidas sobre sua ilibada conduta.

Diz o texto mencionado, "Filas de Tortura" de Renato Schaitza: "(...) Como gerenciadora do transporte, a URBS fez publicar uma prestação de contas muito sucinta sobre os dinheiros que arrecada. Quem presta contas assim é porque não presta. Os giros de dinheiro público devem ser menor minuciados. Sugiro a algum nobre Senhor Vereador que erija melhores detalhes. Da análise dos números revelados, sem maiores explicações, chega-se a constatações escandalosas. Pelos meus cálculos, o fundo de aquisição da frota pública, rendeu 4,3% ao mês, a venda do vale transporte 7,3%. Existe escândalo maior do que aplicar dinheiro grande, enorme, a taxas tão irrisórias, neste país onde a inflação deve superar 20%? Is-

so consolida o que dizem boateiros:

QUE ALGUMAS CONTAS DA PREFEITURA - QUE NÃO SÃO POUCAS - ESTARIAM SENDO PAGAS PELO BANESTADO, O QUE CARACTERIZARIA UMA FRATERNA FRAUDE DE RECIPROCIDADE (...)" (sic).

Nem momento em que o transporte coletivo da cidade, citado como exemplo do discurso oficial, é objeto de infinitas reclamações da população; no momento em que se constata que há expressa mentira nos anúncios de televisão do prefeito quando ele diz que a Prefeitura coloca um ônibus novo há cada 4 dias, em circulação na frota pública - há somente 13 ônibus novos em circulação; não pode o BANESTADO ficar sob suspeita de mais um trambique.

Assim, faça-se da resposta a esta indagação uma ocasião de transparência pública, de esclarecimento à opinião pública, e de rebate ao que informou o jornalista, se mal informou. Em caso contrário, faça-se deste texto uma oportunidade de defesa da nova diretoria, em quem, somando com o Governador, a opinião pública do Paraná deposita confiança e respeito.

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, e de acordo com o que lhe assegura o Regimento deste Poder, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio ao Excelentíssimo Sr. Dr. Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

Tendo em vista matérias recentemente publicadas pela imprensa de nossa Capital, que dão conta da atual e aflitiva situação em que se encontram os alunos da Escola Estadual Dom Manuel da Silveira D'Elboux, no Bairro Hugo Lange, diante da iminência do fechamento das portas daquele estabelecimento de ensino, pela impossibilidade de manutenção dos gastos decorrentes.

Considere-se ainda, a relevante importância daquela casa de educação, pela carência de escolas na área e pelas dificuldades de adaptação por que passarão os quase duzentos alunos da escola, caso ela venha a ser fechada, e os mesmos tenham que matricular-se em outro estabelecimento; ocorrendo a hipótese de não haver na região vagas suficientes para os possíveis remanescentes.

Levando-se em conta o exposto, digne Sua Excelência o Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, a nos informar acerca de:

1. Quais são as possibilidades de a escola estadual em questão vir a ser fechada por falta de recursos suficientes para sua manutenção?

2. No que consistem os acordos ce-

lebrados entre essa Pasta e a CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade?

3. Quais as providências que estão sendo tomadas por parte da SEED, para que o assunto seja solucionado sem maiores traumas à comunidade assistida pela Escola em questão?

4. Quantos acordos existentes celebrados no mesmo sentido que este, entre escolas estaduais e a CNEC?

5. Qual a clientela real atendida pela escola em questão e, no caso do seu fechamento, quais as possibilidades da SEED absorver, através da rede estadual de ensino, os remanescentes dela?

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente com apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Mário Berardi, Edifício Sede III, 9° andar, CEP 70073, Brasília-DF, solicitando para que autorize aumento do número de funcionários na Agência do Banco do Brasil S/A, em Contenda-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(aS) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Agência do Banco do Brasil S/A em Contenda, Paraná, assumiu algumas atribuições que antes eram da competência da Agência do mesmo Banco, localizada na sede do Município da Iapa-PR.

Com as novas possibilidades, acrescentadas por problemas normais de atendimento, principalmente em virtude do grande número de PROAGROS solicitados, a Agência citada ficou sobrecarregada de trabalho e, por ter um número reduzido de funcionários, impossibilitada de atender em tempo hábil a tantos pedidos.

Os produtores de batata da região, em sua maioria, ainda não receberam o crédito de custeio para a produção. O plantio de suas lavouras foi feito mediante o fornecimento de insumos através de firmas comerciais que, agora, estão cobrando em cartório o que lhes é devido.

Com agilização do serviço bancário, com a liberação dos financiamentos solicitados, certamente evitar-se-á que os produtores endividados com as firmas comerciais, sejam acionados.

REQUERIMENTO N° 741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, o en-

vio de expediente a Ilm^o Sr. Elmo de Araújo Camões, DD. Presidente do Banco Central do Brasil, Setor bancário Sul (SS), Quadra 3, Bloco B (Caixa Postal, 04.0170) CEP 70074, Brasília-DF, solicitando para que se faça cumprir a Resolução n^o 1431, de 15.12.87, pelos Agentes Financeiros.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução n^o 1431, de 15.12.87, permite que os agropecuaristas que obtiveram financiamento através de Carteiras de Crédito Comerciais dos Agentes Financeiros, e cujos recursos foram utilizados em atividades rurais, possam renegociar suas dívidas com obtenção de até quatro anos, e um ano de carência para quitarem seus débitos.

Ocorre que os agentes financeiros não estão cumprindo o determinado pela Resolução 1431, e não estão aceitando a renegociação.

É necessário levar em conta os prejuízos sofridos pelos produtores, não só por fatores climáticos, ou problemas causados pelo fracassado Plano Cruzado, mas também, pela queda de preços, que ficaram abaixo dos custos de produção.

Apelamos, pois, ao Presidente do Banco Central do Brasil, para que os produtores endividados tenham suas dívidas renegociadas com amparo na resolução citada, evitando-se a falência desastrosa de pequenos e médios produtores rurais.

REQUERIMENTO N^o 719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, moção de apoio e congratulações, pela passagem do Dia do Índio, em 19 de abril.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo da história do Brasil, fatos marcantes registram a presença do índio, não somente como os primitivos donos da terra recém-descoberta por Pedro Álvares Cabral, mas principalmente, por formarem grandes e importantes nações, na época do descobrimento do Brasil.

Hoje, representam uma minoria que o Governo, através da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, faz o possível para preservar seus interesses e seus valores culturais.

REQUERIMENTO N^o 669

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, inserção em Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de congratulações ao ilustre Magistrado Dr. Jorge José Domingos,

pela sua investidura no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

O Juiz Jorge José Domingos, com efeito, tem uma excelente folha de serviços prestados à Justiça do Paraná, mercê de suas qualidades pessoais de magistrado probo, seu saber jurídico e sua profunda experiência humana.

Seu desassombro e independência de idéias ficaram expressos no pronunciamento feito por ocasião da posse naquele pretório estadual, quando Sua Excelência fez ver a todos da necessidade de que a Constituição do Brasil, em elaboração, não se aparte dos objetivos de prudente realismo sem o qual não se assegura o ideal de Justiça.

Requer mais, que desta manifestação, seja dado conhecimento ao ilustre julgador homenageado pelo Poder Legislativo com este voto, bem como transcrito discurso, em anexo.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N^o 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, do artigo intitulado "Quilowatts de mão beijada", publicada na data de ontem, pelo jornal Gazeta do Povo, desta Capital.

A matéria trata de assunto de grande interesse para o Paraná: a energia elétrica gerada em nosso Estado.

Não é possível que o Paraná sacrifique sua terra e sua gente, na produção de energia elétrica, para sustentar outros Estados da Federação e, inclusive, outros países, como é o caso dos abastecidos pela Usina de Itaipu.

É chegada a hora de o Paraná reclamar o direito que tem, de cobrar o ICM nas operações que destinam energia a outras unidades da Federação, ressaltando até mesmo, desta forma, a soberania de nosso Estado.

Ao propormos a transcrição do brilhante e oportuno artigo, acreditamos estar trazendo a essa Casa, mais clareza e definição quanto a questão, de indubitável importância para todos nós.

Que da decisão da ALEP, se dê ciência ao autor da matéria, no jornal Gazeta do Povo, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N^o 730

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta sessão, o teor da entre-

vista do Prefeito Wilson Moreira, de Londrina, concedida ao jornal Gazeta do Povo, no último dia 1º de maio de 1988, intitulada: "O Brasil é um País viável, o que está faltando é mais seriedade dos governantes".

Com efeito, na lúcida apreciação desse homem público londrinense, as dificuldades que o Brasil vem atravessando são perfeitamente recuperáveis, desde que os homens públicos da área federal se devotem à sua solução.

Wilson Moreira fala com autoridade, porque em cinco anos ele recuperou a municipalidade de Londrina, que estava com uma dívida proporcionalmente superior à brasileira. A receita foi austeridade, trabalho inteligente, motivação da equipe e honestidade, qualidades que fazem do engenheiro Wilson Moreira uma das reservas morais e políticas do Paraná.

O requerimento em causa se justifica para que todos possamos conhecer e debater as propostas do ilustre prefeito londrinense.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) LUIZ CARLOS ABORGHETTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 106/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA CRISTÃ INDEPENDENTE, com sede à Rua Cap. João R. Oliveira, 1200, bairro do Guabirotuba, Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A "Igreja Missionária Cristã Independente", com sede à Rua Cap. João R. Oliveira, 1200, bairro do Guabirotuba, município de Curitiba, tendo como objetivo principal a divulgação da palavra de Deus, dando testemunho de Jesus Cristo nosso Salvador pessoal, nas ruas, porta à porta e reuniões em família, para estudo bíblico e em direcionamento melhor, na vida de cada um que, com todo o coração, o tem feito ajudando o seu próximo e respeitando a sociedade e seus líderes.

Vem realizando, também, acatamento de doações em gêneros alimentícios, distribuindo os mesmos em favelas e a famílias, as quais, em grande número, estão trabalhando para um padrão de vida melhor; vêm conseguindo através de famílias melhor remuneradas, roupas em bom estado de uso para a distribuição a outras famílias deveras necessitadas.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 107/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública a ASSISTENCIA SOCIAL EVANGÉLICA BOM PASTOR, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Evangélica Bom Pastor, promove atendimento social a caretes, com assistência e creches, casa-lar, escolas, etc, integração de carentes na sociedade para melhor desenvolvimento junto à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 108/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica de Cascavel-PR, com sede e foro em Cascavel, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Assistência Social Evangélica de Cascavel, tem por objetivo a assistência social aos carentes, o encaminhamento dos mesmos na sociedade, assim como o intercâmbio entre as instituições similares.

PROJETO DE LEI Nº 109/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica obrigado o Poder Executivo, através do órgão competente, colocar grades ou redes protetoras nas laterais do "Ferry Boat", pelas quais é feito o acesso ao mesmo, para a travessia que liga Caiobá a Guaratuba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento de várias situações perigosas ocorridas no "Ferry Boat"

que liga Caiobá à Guaratuba.

A falta de segurança naquela embarcação é uma realidade.

Acreditamos ser o tratamento preventivo o melhor de todos, por isso, tomamos a liberdade de fazer este projeto de lei, antes que uma ocorrência mais grave ocupe manchetes dos jornais, penalizando o Estado pela falta de segurança.

Esclarecemos, ainda, que a colocação das grades ou redes protetoras, não afetará o desempenho do "Ferry Boat" na sua travessia, mas, trará segurança aos pedestres, principalmente, às crianças, que circulam pelo seu interior, como também servirá para proteger os automóveis que ali são transportados.

PROJETO DE LEI Nº 110/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Loja Maçônica Luz e Fraternidade III, com sede e foro na Cidade de Casca-
vel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

PROJETO DE LEI Nº 111/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Loja Maçônica Acácia do Oeste I, com sede e foro na cidade de Casca-
vel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

PROJETO DE LEI Nº 112/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 7.219 de 23/10/79, que denomina a Rodovia que liga os Municípios de Campo Tenente e Porto Amazonas de Antônio Lacerda Braga, passando a denominar-se Darcy Borges da Silveira o trecho desta rodovia que liga os Municípios de Campo Tenente e Lapa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato

de entendermos ser de fundamental importância prestar esta justa homenagem a este ilustre lapaense que, em vida, deu muito de seu suor e sua dedicação em prol do desenvolvimento da Lapa e do Paraná.

O Senhor Darcy Borges da Silveira é mais um exemplo da generosidade do Município da Lapa, que, no curso da história, tantos ilustres brasileiros gerou.

PROJETO DE LEI Nº 113/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - O benefício previsto pela Lei nº 46 de 14 de setembro de 1984, fica transferido para o filho deficiente da beneficiária original, Adão Afonso Hartkoph.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições anteriores.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Maria Afonso Hartkoph era beneficiária da pensão instituída pela Lei nº 46/84 e com esta fazia frente ao seu sustento e de seu filho excepcional, Adão Afonso Hartkoph (em anexo documentos comprobatórios). Tendo a mesma falecido recentemente, ficou seu filho sem condições de sobrevivência, razão pela qual, consideramos de justiça, a transferência do benefício em questão, que é representado por valor inferior a um salário-mínimo.

PROJETO DE LEI Nº 114/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional", com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que aqui se pretende seja declarada de Utilidade Pública, é sociedade civil, sem fins econômicos, de caráter filantrópico e assistencial, exercendo suas atividades nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tem por fins primordiais a proteção e o socorro aos enfermos e necessitados; a educação popular; a criação de ambulatórios, escolas e instituições de prestação de serviços assistenciais e a contribuição moral e espiritual em toda e qualquer obra

comunitária. Na execução de tais fins, a Associação se rege, necessariamente, pelos princípios da religião católica e pelo programa da Soberana Ordem Militar de Malta, com sede em Roma.

Como se pode observar, a Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional, pela documentação anexa a este projeto, sela pelos mais nobres sentimentos inerentes e peculiares ao caráter humano, enaltecendo-o.

Assim sendo, pelo justo caráter moldado na presente proposição, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Pirajá Ferreira.

Havendo declinado, consulto o Deputado Erondy Silvério.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Hoje, 03 de maio, é o dia do taquígrafo.

Taquigrafia, na sua exata definição, é o processo de escrita rápida. É uma técnica profissional que exige condições físicas, mentais e intelectuais, além de muita prática para o seu domínio.

Por isso se diz, que ser taquígrafo, é integrar-se no ritmo veloz do nosso século.

No Brasil a taquigrafia foi introduzida em 1822, e deve-se a José Bonifácio de Andrade e Silva, Patriarca da Independência. Assimilou este grande homem, a grande utilidade da taquigrafia no Parlamento de outros países e lutou para que no Brasil se implantasse também a taquigrafia com brilhantismo e justiça. Foi o criador, o pai da taquigrafia parlamentar no Brasil, iniciada nos debates da primeira Assembléia Constituinte em 1823.

Graças a José Bonifácio, possui o Brasil o registro das suas primeiras sessões legislativas, tudo devidamente documentado. É por isso chamado o Patrono dos Taquígrafos Brasileiros.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, nesses meus trinta anos de vida pública, é muito comum ouvirmos numa polêmica, entre dois Parlamentares ou entre um Parlamentar e a Mesa, "Senhor Presidente, eu peço que se consulte as notas taquigráficas da Casa".

Por que esta confiança do Parlamentar, da Mesa, no serviço de taquigrafia? Porque eu convivi com as taquígrafas da Câmara Municipal de Curitiba, durante doze anos e nesta Casa por mais de vinte anos e pude

aquilatar de perto, a competência, em primeiro lugar, mas acima de tudo a dedicação, o empenho, a honestidade profissional.

Jamais um Parlamentar viu nesta Casa, um taquígrafo imiscuir-se em assuntos fora da órbita de sua competência, além da graciosidade das senhoras taquígrafas e os senhores taquígrafos, eu não digo que são graciosos, mas digo que são competentes, além disso temos efetivamente um serviço confiável e árduo, um serviço que consome energia, que leva muitas vezes o taquígrafo ao "stress", que leva à estafa profissional.

Nós já vimos casos aqui nesta Casa de taquígrafos que tiveram que solicitar licença durante longos meses para tratamento de saúde, pela dedicação com que se empenham nessa labuta diária.

Eu diria que os Parlamentos, que as Casas Legislativas, não teriam a ressonância popular que têm, sem a colaboração do serviço de taquigrafia.

A essas nossas companheiras silentes, dedicadas, que têm enfeitado com a sua graciosidade os trabalhos desta Casa, eu quero prestar a minha homenagem na tarde de hoje e também parabenizar a Comissão Executiva da Casa que tem atendido a todos os pleitos do serviço de taquigrafia, porque são merecidos. Aliás, elas só pedem quando necessitam à Comissão Executiva da Casa, sempre são atendidas prontamente.

Acho que não tem sequer um Parlamentar, não na atual Legislatura, mas na história deste Poder, que tenha a menor queixa do serviço taquigráfico da Casa ou de seus integrantes.

As senhoras e senhores taquígrafos as minhas homenagens e os agradecimentos do povo do Paraná, pela contribuição que trazem ao processo legislativo, pois sem o processo legislativo não existe a democracia e sem democracia nós seremos um povo fadado a escravidão mental.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, dentro do Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, também quero neste momento, a exemplo do que já fiz pela manhã, em veículo de comunicação no qual eu trabalho, prestar também e acredito, em nome da Bancada do PDT, os nossos cumprimentos a esta classe tão valorosa, tão importante que são os taquígrafos, porque sem a mesma, esta Assembléia não funciona.

O trabalho do taquígrafo é a mesma coisa que o trabalho de um escrivão de polícia. O escrivão é muito mais importante do que o Delegado. Se não existir o escri-

vão não sai o flagrante, e aqui se não tiver o trabalho da taquígrafia, evidentemente que não funciona esta casa também, mesmo que ela venha a estar repleta de seus Parlamentares.

Por isso em meu nome e em nome da Bancada do PDT fica aqui também os nossos cumprimentos aos taquígrafos da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal, onde tivemos, também, um contato muito estreito com esta categoria.

Mas, venho à tribuna, Senhor Presidente, para dizer que o Brasil hoje está praticamente parado no que diz respeito ao trabalho das estatais.

Consequência disto, da política do desgoverno que aí está, da política do interesse de uma meia dúzia de privilegiados que faz com que o País praticamente pare no dia de hoje, é que categorias diversas como: SANEPAR, ELETROSUL, PETROBRAS, MERIDIONAL, CEFET, professores da universidade, paralistem suas atividades para reivindicar uma melhor condição de vida, porque da maneira como a coisa está colocada, na verdade é muito difícil o brasileiro sobreviver, hoje.

É preciso que as autoridades governamentais analisem a situação em que se encontra este País no dia de hoje, com este desgoverno que aí está, com estas falhas terríveis, gritantes, que colocam o povo brasileiro numa situação muito difícil.

O 1º de maio foi um dia triste para todo o trabalhador brasileiro.

Ele não pôde comemorar nada, absolutamente nada, a não ser comemorar a sua sobrevivência, dar graças a Deus que conseguiu passar mais um 1º de maio, porque na verdade a situação está muito difícil, e hoje temos no País todo, uma sequência de categorias, como já nomei, paradas como protesto pela atual situação, e o que não podemos aceitar é que Sua Excelência o Presidente da República, o Senhor José Sarney venha a público dizer que aqueles que participarem da greve serão demitidos. Isto é um ato arbitrário, vem contrariar a política do trabalhador que precisa se posicionar, o seu poder de pressão, se fazer ouvir, para que possa evidentemente reivindicar pelos seus direitos.

Nós não podemos mais admitir a situação em que se encontra este País onde, como consequência da conjuntura política salarial deste País, em cada 1000 crianças que nascem, 89 morrem antes de completar 5 anos de idade, por diarreia e doenças infecciosas que têm como pano de fundo, lamentavelmente, a desnutrição.

E o que que é a desnutrição? É consequência do péssimo salário ganho hoje por um trabalhador brasileiro.

Segundo estudos realizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 131

países o Brasil está entre os 60 primeiros na tabela de mortalidade infantil mundial. E além disso, a vida média do brasileiro também é a mais curta do que em muitos países, ou seja, não passamos dos 65 anos de idade.

Por isso tudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Bancada do PDT, neste momento representada por este Parlamentar, é solidária à luta do trabalhador de todas as categorias neste dia de protesto, neste dia de reivindicação por melhorias salariais. Nós não podemos admitir este arrocho salarial, o congelamento, a extinção da URP, uma medida arbitrária que contraria a posição dos trabalhadores.

Nós precisamos mostrar a nossa solidariedade a esta classe neste momento tão difícil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Deputado José Felinto. (Declina).

Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente.

Antes, porém, esta Presidência quer congratular-se com os taquígrafos desta Casa, homenageando-os também como os demais Deputados que já se manifestaram. A vocês, taquígrafos de todo o Paraná e taquígrafas, a homenagem da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná pelo seu dia.

No Grande Expediente consultamos o Deputado Valderi Mendes Vilela se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Pedro Tonelli. (Declina).

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças consulto o Deputado Pedro Tonelli se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Colegas Parlamentares, demais presentes. No último domingo os trabalhadores brasileiros e de todo Mundo fizeram uma pausa para refletir sobre suas lutas passadas, presentes e futuras. Depois de séculos de lutas, percebemos com pesar que, se por um lado aconteceram avanços nas relações entre o trabalho e o capital, tais conquistas foram bem menores do que se poderia esperar. Estamos nos aproximando do dia 13 de maio quando será lembrado o 1º Centenário da Abolição Legal da Escravatura em nosso País. Fomos um dos últimos países do Mundo a tomar esta medida civilizadora. Entretanto, continuamos sendo um dos últimos países no que se refere a um tratamento justo e digno aos trabalhadores. Pagamos

um dos salários mais insignificantes, entre os países do Terceiro Mundo.

Nesta semana as notícias estão aí e demonstram a luta dos trabalhadores paranaenses por melhores salários e melhores condições de vida, pois estão em novas batalhas. Hoje os empregados da SANEPAR iniciaram uma greve reivindicando um tratamento digno e justo. Aliás, o seu manifesto, elaborado por eles mesmos, aonde anunciam que vão parar, é muito significativo e, por isto, temos a satisfação de apresentá-lo: (L2):

1° - Porque a SANEPAR já está parando em muitos locais de Curitiba e Região Metropolitana, onde o abastecimento já é insuficiente;

2° - Porque a água é saúde e saúde é dever do Estado e nós pagamos os impostos e tarifas para o Estado cumprir o seu dever;

3° - Porque nos períodos eleitorais, por interesses políticos, são estendidas redes em locais sem possibilidades de abastecimento, já que a quantidade de água distribuída é a mesma. Isso diminui a quantidade de quem recebe e não atende às necessidades dos novos usuários;

4° - Porque se vê obrigado a dar as explicações à comunidade sobre a qualidade dos serviços e o trabalhador mal remunerado, inseguro e intranquilo já que o salário mingua que recebe não consegue dar conta dos seus compromissos com a família, alimentação, moradia, educação, vestuário, transporte, saúde e lazer.

5° - Porque este mesmo trabalhador é transformado num bode-expiatório das incompetências, indiferenças e omissões do poder público, que a própria comunidade elege;

6° - Porque de mal remunerado, o trabalhador da SANEPAR nunca se eximiu do seu dever, obtendo para a comunidade que serve a melhor qualidade de água da América Latina e a melhor performance administrativa do Brasil, ou seja, mais de 250 ligações por empregado. Apenas como referência, a COSAMA do Amazonas tem o índice de 86 ligações por empregado e o piso salarial 50% maior do que o da SANEPAR.

7° - Porque o trabalhador da SANEPAR recebe em média 48% a menos do que paga o mercado de trabalho.

8° - Porque essa política de achatamento salarial está fazendo com que os bons profissionais da empresa saiam em busca de melhores oportunidades na iniciativa privada, desta forma pondo em risco o desempenho da empresa e a saúde de comunidade.

9° - Porque os representantes do poder público constituído, irresponsavelmente, querem empurrar a implantação da justiça salarial através do nosso Plano de Cargos

e Salários para depois do dia 15 de maio, quando entrará em vigência a lei eleitoral, proibindo qualquer ajuste de salários. Assim, o assunto só poderá ser discutido após 15 de março de 1988.

10° - Por tudo isso e pela reposição das perdas salariais entraremos em greve a partir das zero horas do dia 03 de maio de 1988, acreditando na participação de toda a comunidade paranaense, já que todos somos responsáveis pelas nossas vidas e da vida do sanepariano depende a saúde da população do Estado. Este é o manifesto dos trabalhadores da SANEPAR.

Senhores Deputados, a angústia vivida pelos trabalhadores da SANEPAR não é fato isolado. Hoje e amanhã os empregados de diversas empresas estatais e órgãos públicos realizam, a nível nacional, um movimento grevista protestando e exigindo a pronta revogação do congelamento da URP.

Vemos a cada dia a inflação atingir índices mais altos, embora o Governo procure dissimular seus índices. O aluguel semestral já atinge reajustes próximos de 150%. Os gêneros alimentícios sobem a cada dia. As condições de vida dos trabalhadores se agravam e as convulsões sociais se multiplicam.

Reconhecemos a necessidade dos trabalhadores fazerem greve, mesmo diante das ameaças do Governo. Estão em greve os professores da UFPR e do CEFET. A educação sofre as consequências dos desmandos administrativos. As últimas medidas tomadas pelo Governo, principalmente através dos Decretos ns. 95.862 e 95.863 que proíbem a contratação de pessoal nas instituições federais de ensino, estão levando ao caos essas instituições. Os baixos salários e os incentivos do Governo à demissão voluntária e à aposentadoria precoce estão causando uma evasão enorme de pessoal. Não havendo possibilidade de contratar substitutos, as instituições de ensino ameaça, entrar em colapso. A situação mais grave é a do CEFET, onde só no curso de mecânica mais de 10 professores pediram demissão. Assim, o Paraná se vê a mercê de perder um dos mais importantes centros de ensino técnico do país.

Também estão em greve os petroleiros de todo o Brasil, os eletricitários, os funcionários do SERPRO e DATAPREV.

O descontentamento atinge todos os setores da economia. As empresas estatais vão perdendo bons profissionais que imigram para a iniciativa privada, em busca de melhores salários. Quem perde é o povo, que vê os serviços públicos decaírem na sua qualidade. Declaramos aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, nosso integral apoio ao movimento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que conclamamos a todos para pressionarmos o Governo para que atenda as

reivindicações dos seus empregados. Mais do que isso, precisamos retomar a luta por eleições "diretas já", antes que a irresponsabilidade deste Governo comprometa irremediavelmente o destino do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio)
Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - A opinião pública brasileira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, desta Egrégia Assembléia, veio a ser informada que o Senhor Presidente da República convocou para o próximo dia 13 de maio um feriado comemorativo do Centenário da Abolição da Escravatura. Ao ter notícia deste feriado, fiquei pensando se não seria melhor se o Senhor Presidente da República, ao invés de decretar feriado para comemorar a fim da escravatura, mandasse pagar a URP para os funcionários públicos revogando de vez a escravidão que vai no nosso País, e que permanece a despeito da Lei Áurea.

Nós somos independentes, mas nós não somos não-dependentes.

O Congresso Nacional Constituinte aprovou oportunas medidas a propósito da exploração das jazidas minerais do subsolo do Brasil. Aos constituintes que votaram pela Pátria, aos constituintes que votaram contra a velha idéia da sangria dos nossos recursos, das nossas divisas, do nosso solo tão rico em direção às matrizes dos grandes impérios coloniais, que hoje mudaram o seu império para sedes transnacionais e de multinacionais, nós hipotecamos a nossa solidariedade.

No entanto se impõe, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu conte aqui um fato, que pode parecer comum, mas que é extremamente ilustrativo do que está acontecendo no Brasil. Dia destes, fui procurado por uma cidadã brasileira, que pretende viajar para a Dinamarca. Faria esta senhorita uma viagem à Dinamarca para lá contrair matrimônio; noivou com dinamarquês e resolveu viajar para lá. Foi tirar o passaporte, e foi informada na Delegacia competente da Polícia Federal, na divisão de documentação estrangeira, que não seria possível o fornecimento do passaporte. Por que?

Disseram-lhe que porque não havia capas de passaporte em couro para a necessária consecução do passaporte. Pediu-me, essa moça, que intercedesse junto a Delegacia.

Fui eu à Delegacia. Contou-me a verdade a responsável. Não é que falem capas de passaportes, falta papel moeda para fazer os passaportes. Porque, há muito tem-

po, a Casa da Moeda não pára de fazer dinheiro. Então não tem mais matéria prima para fazer passaporte, porque a Casa da Moeda está fazendo as notas de cinco mil.

Vejam vocês como o Brasil está ficando ordinário. Primeiro, inventaram esta nota de dez mil cruzeiros, atual nota de dez cruzados. Colocaram na nota, com o desenho oportuno de Aluísio Magalhães, o Rui Barbosa, "o velho Rui", e do outro lado o Parlamento, o Parlamento da Velha República. Já está ordinário o Rui. Não paga uma ida daqui até o Boqueirão. Não cabe sequer nas catracas para comprar as fichas com o nome impresso pela vaidade do Prefeito Roberto Requião.

Agora desenterraram o Senhor Machado, o velho Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. E o Machado dos mil cruzados, hoje, já não tem sequer o valor dos seus livros na nota à qual empresta patronímico o seu nome honrado.

E agora o que farão? Colocarão a cargo Portinari, a efígie do Cândido Portinari, do pintor dos pobres, dos miseráveis, dos desolados do Brasil, na nota de cinco mil. Logo um Portinari não vai comprar sequer uma bala num armazém de secos e molhados. Logo um Portinari não valerá mais nada.

E assim, desmoralizando o Rui, o Machado e o Portinari, vamos seguindo. Fica a sugestão para quem é Sarney, para quem é Álvaro; e quem é Sarney é Álvaro, é PMDB, fica a sugestão sobretudo para quem é PMDB e é poder, no sentido de passarem a fazer dinheiro com o rosto dos próceres do partido. Que tal uma nota de dez mil com o rosto do Senhor Ulisses Guimarães? Ia melhor servido o Brasil. Ia melhor servida a nossa cultura e não se desvalorizariam os mais altos e os mais elevados valores morais da nacionalidade.

Apóio o Deputado Pedro Tonelli, o PT, no que diz respeito ao eco de apoio legislativo que devemos dar aos movimentos de greve que eclodem em todo o País. Eles são fruto direto, sintoma direto, efeito direto, das causas que asfixiam o povo. E as causas não estão nas casas do povo, mas estão nos palácios que oprimem o povo.

Vale lembrar, seja este feriado do Centenário da Abolição a ocasião dos poderosos pensarem em nos libertar; todos e de uma vez só, por exemplo com eleições diretas para Presidente da República!

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência tem a honra de ter em nosso Plenário, o Senhor Serafim Pereira da Silva e o Senhor Gilmar Antonio Durouck. O Primeiro Presidente e o Segundo Diretor Administrativo da FUBEM, Fundação de Bem Estar do Menor, em Guarapuava.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados; trago nesta tarde, neste Poder Legislativo, um assunto importante e de muita seriedade, que levaremos ao conhecimento do Governador Álvaro Dias.

Paraná, Estado este, campeão da exportação do ouro verde. Este Estado que deu a tantos e tantos paranaenses, paulistas, mineiros, nordestinos, o direito de viver, o direito de liberdade. Quem não se lembra da década de 60, quando no Paraná e no Brasil havia no semblante do trabalhador o sorriso e a felicidade. E no decorrer dos tempos, por falta de estímulo e até, às vezes, por incompetência de alguns ministros da agricultura, que passaram por este País, tivemos a felicidade no passado, no presente e até mesmo no futuro, de ver as injustiças sociais que se cometem na cafeicultura do Paraná e do Brasil. Cafeicultura esquecida, desestimulada, abandonada, e que com isso transformou o Paraná e o Brasil numa indústria de bôias-frias. Homens que tinham o seu sustentáculo, que tinham a sua sobrevivência, sem viver às portas do Poder Público pedindo piedade e clemência para a sobrevivência do amanhã. Homens que deixaram o Interior do Paraná e que foram para os grandes centros, transformados em favelados, transformando seus filhos em marginais, levando as suas filhas até para a prostituição.

Esta é o saldo que temos na balança comercial sobre a cafeicultura do Paraná e do Brasil, cafeicultura esta que foi a grande divisa do Estado, principalmente no Porto de Paranaguá.

E, hoje, nada mudou neste País, nada se transforma no setor da cafeicultura brasileira. Estamos vendo, grandes maquinistas de café às portas da falência e até mesmo da dignidade moral através dos cartórios de protesto e das execuções via judiciária. E não vemos, sequer, nenhuma posição do Governo Federal, ministério, para salvar esta situação momentânea que vivem os maquinistas de café, neste episódio, principalmente no Norte Pioneiro do Paraná. Maquinistas que geram empregos e divisas, não são aqueles que sobrevivem atra-

vês do contrabando, tirando as divisas do Paraná e do Brasil, são maquinistas sérios, honrados, que são levados às portas do Cartório de Protesto, desmoralizando a sua estrutura e a sua integridade e até mesmo o respeito e o conceito perante a sua esposa e os seus filhos.

É esta denúncia Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faço nesta tarde, vem de encontro com as injustiças também cometidas pelo Instituto Brasileiro do Café, na verdade, hoje o único órgão nesse País que adquire o café do produtor e até mesmo do maquinista, mas nem pelo fato de ser o único comprador no País, é que pode agir de forma injusta e de forma massacrante, como está acontecendo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados recebo aqui, através do Banco do Brasil, das suas gerências do Norte do Paraná, pedindo a intervenção deste Deputado, das injustiças com repasse de pagamento aos cafeicultores e maquinistas de café. Quando digo que a situação é insuportável, eu passo a dizer que a reposição da compra do IBC não está sendo cumprida no seu tempo regimental. Hoje o IBC está atrasando os seus compromissos com os maquinistas de café, até 10, 15, 19 dias e se somarmos os encargos sociais dos cafés depositados no IBC, os juros abusivos neste País, estão realmente levando os maquinistas à falência.

Vejam um pequeno exemplo: hoje um maquinista de café que tem uma posição no IBC de 30 mil sacas de café, o seu preço de custo hoje, está em torno de 50 cruzados a saca.

Se há um atraso de 10 dias, nós teríamos despesa de um milhão e meio/dia, que corresponde a 15 milhões de cruzados em 10 dias, e mesmo com o aumento anunciado hoje, dos preços mínimos de café, os preços de garantia ainda são insuficientes para cobrir apenas os atrasos do IBC com os seus compromissos financeiros com os maquinistas de café do Paraná e do Brasil.

Senhor Presidente, solicito neste instante, da Presidência deste Poder Legislativo, que encaminhe um telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, ao Presidente do IBC e ao Ministro do Trabalho e ao Ministro de Indústria e Comércio, pedindo providências emergentes para que não tenhamos mais falências como já tivemos, de grandes empresários neste País.

Tenho certeza de que, ao denunciar nesta Assembléia Legislativa do Paraná, conclamando os Senhores Deputados para somarmos esforços, defendendo a cafeicultura paranaense, ainda acredito e quero acreditar que o café haverá de voltar e gerar grandes divisas e riquezas para o Paraná e para o povo paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Horário das Lideranças, passase à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que participarão das Comissões efetivas da Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos membros para comporem as Comissões Permanentes da Casa. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja marcada uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 06 de maio, às 10 horas da manhã. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa fará a verificação de votação dos Senhores Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados. Solicita ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Responderam a chamada, 35 Senhores Deputados. Há quorum para deliberação.

Está em votação o requerimento do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Senhores que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e nove Senhores Deputados aprovam, 1 (um) rejeita. Está aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 50/87 (ex-Projeto de Lei nº 58/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Lindoeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3º ao art. 171, da Lei nº 16.11.70, conforme especifica. (O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá aquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo requerimento de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, requer seja retirado por 20 sessões. Discussão. Votação. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem). Senhor Presidente, me parece que esta Assembléia não pode retirar o projeto, uma vez que ele foi votado em 1ª.

votação e trata-se de projeto em Regime de Urgência. Então me parece que o requerimento no nobre Líder governista não pode ser acolhido pela Mesa da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que o pedido de urgência do projeto de lei não impede a sua retirada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Solicitaria que Vossa Excelência declinasse ao Plenário o artigo do Regimento Interno que faz com que Vossa Excelência tenha esse embasamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência fará ciência aos Senhores Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Eu aguardo Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que o requerente baseou-se no Artigo 110.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência dê ciência à Casa do que consta no Artigo 110.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria, e será submetido à deliberação da Assembléia, independente de discussão, não podendo, entretanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação, ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Este projeto já está em processo de votação. Ademais, Senhor Presidente, este projeto tem regime de urgência, e sobre Regime de Urgência o Regimento Interno da Assembléia dispõe contrário do que Vossa Excelência leu no Artigo 110.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que, verificando o Regimento Interno, está omissa, entretanto, isso daí, portanto, creio que cabe à decisão do Plenário da retirada ou não.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - O Regimento Interno é a Lei dos trabalhos da Assembléia Legislativa, ele não pode ser desregulamentado pelo entendimento, o mais imparcial que seja, de Vossa Excelência, ou de qualquer um dos eminentes Senhores Deputados. É preciso que haja uma regra, uma lei de convivência na Assembléia Legislativa.

Evidentemente eu sinto a dificuldade que Vossa Excelência tem, a dificuldade que a Assessoria da Mesa está tendo para responder à Questão de Ordem, a indagação que formulei.

Solicito a Vossa Excelência, portanto, que não receba o requerimento para que nós possamos, efetivamente, cumprir o Regimento Interno desta Casa, que não pode ser desvirginado, a todo momento, ao bel-prazer de qualquer eminente Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência concorda com Vossa Excelência, mas solicita então que Vossa Excelência cite então o artigo onde possa estar inserido o seu argumento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu cito a Vossa Excelência, o artigo do Capítulo referente ao processo de votação e ao Regime de Urgência, mas se Vossa Excelência solicitar a este Deputado que não dispõe de Assessoria da Mesa, como Vossa Excelência, para responder às Questões de Ordem, eu cito o próprio Artigo 110.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não, esta Presidência verificou...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência tem um Requerimento Interno que Vossa Excelência está citando e eu tenho outro. O Regimento Interno, exatamente diz no Artigo 110, o seguinte, Senhor Presidente, vou ler a Vossa Excelência para conhecimento desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência pede apenas que cite o Artigo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Artigo que Vossa Excelência está solicitando que eu leia, ou que Vossa Excelência leu, pela interpretação da Mesa, e segundo Vossa Excelência diz, é o Artigo 110, do Regimento Interno, que eu tenho nas minhas mãos, eu vou ler o Artigo 110.

"Artigo 110 - O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria, a ser submetida à deliberação da Assembléia, independentemente de votação, não podendo, entretanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado.

"Parágrafo Único - Os requerimentos de adiamento que não forem votados imediatamente, por falta de número, ficarão prejudicados.

O adiamento só poderá ser proposto por tempo expressamente determinado e quando sobre a mesma matéria for apresentado mais de um requerimento, a Assembléia decidirá

qual prevalecerá. É vedada na mesma discussão, reproduzir pedidos de adiamento. Se Vossa Excelência quiser, eu lerei agora os artigos referentes ao processo de votação legislante em termos de Regime de Urgência, se Vossa Excelência não tiver o apoio necessário da assessoria da Mesa, eu lerei os artigos correspondentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência, que aceita o vosso argumento e, evidente que, esta Presidência analisando, verificou que foi mal formulado o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Essa decisão de Vossa Excelência, engrandece a Presidência da Assembléia Legislativa, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência registrasse a presença nesse Plenário, do ex-prefeito de Campo Mourão, Doutor Agostinho Vecchi, que por sinal foi um exemplo de administração em Campo Mourão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência agradece a presença do companheiro Agostinho Vecchi, neste Plenário, que muito nos honra, visitando os seus companheiros corriligionários e amigos que sempre teve nesta Casa, muito obrigado ao companheiro Agostinho Vecchi. Está em discussão o Projeto de Lei nº 167/85.

Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 125/87, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE NIPO-BRASILEIRA DE CAMPO MOURÃO, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 148/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SÃO PAULO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 365/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL 31 DE MARÇO- A.P.M., com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 01/88, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY- APAE, com sede e foro no Município de Paranacity. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 56/88, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública o Movimento Leigo APOSTOLOS DO TERÇO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 39/88 (Mensagem nº 45/88 - Ex-Proposição nº 53/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios com Termos Aditivos datados de 09.02.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios, e para os mesmos fins, cópia autêntica do Convênio nº 06/87, celebrado em 03.09.87, entre o Estado (SEDU) e o Município de Paranaguá, com idênticos objetivos. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 69/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza a efetivação dos servidores que exercem as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade. (Public. no DA. 27/86, de 15.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 69/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei tem por finalidade autorizar a efetivação dos servidores que exercem as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Poder Executivo.

A Constituição Estadual no seu Art. 25, § 1º, alínea "c", reputa ser de competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre tal matéria.

Nestas condições, dada a inconstitu-

cionalidade da matéria, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 69/86

PARECER:

Designado pelo Presidente da Comissão de Recursos Humanos como Relator do Projeto de Lei n° 69/86, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, após a análise, chegamos a seguinte conclusão:

A proposta possui elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atuação no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, não existe impedimento maior, seja de natureza constitucional, legal ou regimental, ao prosseguimento da matéria.

Assim, considerando a importância do referido projeto de lei, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por 30 (trinta) sessões, o Projeto de Lei n° 69/86. Aprovado. (Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 30 sessões, o Projeto de Lei n° 69/86).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 180/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que define norma para alteração de denominação de próprios públicos estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. (Public. no DA. n° 86, de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 180/87

PARECER:

Através do presente Plano de Lei o ilustre Deputado Antônio Bárbara pretende definir normas para alteração de denominação de próprios públicos estaduais.

É digna de elogios a intenção do nobre autor, pois pretende assegurar a preservação da memória tradicionalista da vida paranaense.

A matéria não possui qualquer impedi-

mento, seja de natureza constitucional, legal ou regimental.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 180/87

PARECER:

O Projeto e Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, tem por escopo definir norma para alteração de denominação de próprios públicos estaduais.

A proposta encontra-se devidamente embasada dentro das diretrizes de estímulo à preservação da memória tradicionalista de um povo.

Parece-nos meritória quanto à essência e a mais oportuna quanto ao momento, pois visa preservar a denominação de próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, portanto tal proposição vem ao encontro dos anseios daqueles que lutam pela conservação da memória tradicionalista do povo paranaense e merece de toda esta Assembléia a atenção que lhe sugere o autor.

Assim como, a Douta Comissão de Constituição e Justiça ao proceder à análise deste projeto não apresentando nenhum óbice de ordem legal, ou constitucional, no âmbito desta Comissão, não encontramos impedimentos quanto a sua aprovação.

Somos, portanto, de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) RAUL LOPES

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, e consequentemente arquivado o Projeto de Lei n° 180/87. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia e arquivado, o Projeto de Lei n° 180/87.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 285/87, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob n° 9.919 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de

Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 119, de 21.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 285/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, o projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade incidentes no imóvel matriculado sob o n° 9919 do 3° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

Por se tratar de uma medida de caráter meramente autorizatório, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, pronuncia-se de maneira favorável ao que se propõe o Projeto de Lei n° 285/87.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 285/87

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob n° 9919 do 3° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

A matéria foi objeto de apreciação por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça que, considerando o seu caráter meramente autorizatório, manifestou-se favoravelmente, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Vale salientar que, do ponto de vista do que deve observar esta Comissão de Finanças, a medida proposta não implica em aumento de despesa, nem em redução de receita, não caracterizando-se como matéria financeira.

Por outro lado, é significativo ressaltar que o cancelamento das referidas cláusulas permitirá ao Sindicato Rural de Guarapuava, beneficiário da doação do já citado imóvel, feita pelo Estado do Paraná pela Lei n° 7.656, de 14 de setembro de 1982, a obtenção de financiamento para construção de prédio destinado a abrigar um complexo agroindustrial avícola, trazendo inúmeros benefícios sociais e econômicos para toda a região centro-oeste.

Além disso, o artigo 2° do projeto de lei em questão define a finalidade para a

qual será destinado o imóvel.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.03.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 285/87

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, visa autorizar o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade incidentes no imóvel matriculado sob o n° 9919 do 3° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional do projeto deu parecer favorável.

No mesmo sentido foi o parecer dado pela Douta Comissão de Finanças, entendendo que da matéria não implicará aumento de despesa pública, nem em redução de receita.

No que compete a esta Comissão - art. 53 do Regimento Interno - nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 285/87, com emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 341/87, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública, o "Lar Espírita Fraternidade de Valorização da Vida", com sede e foro em Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n° 134, de 17.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 341/87

De autoria do ilustre Deputado Eduardo Baggio, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública, o "Lar Espírita Fraternidade de Valorização da Vida", com sede e foro em Paranavaí.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria,

inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 02/88, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que denomina Rodovia Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho, a estrada PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 03, de 02.03.88).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 44/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 40/88), que concede a Ondina de Moraes Silva, viúva do ex-assistente de segurança LEO CALDAS DA SILVA, uma pensão mensal de valor equivalente a dois salários-mínimos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado. (Public. no D.A. n° 09, de 14.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 044/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 040/88, o projeto de lei em exame objetiva conceder a Senhora Ondina de Moraes Silva (viúva do ex-Assistente de Segurança Leo Caldas da Silva), pensão mensal equivalente a dois (2) salários-mínimos.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, a medida é inteiramente justa e oportuna, pois dará condições de sobrevivência a uma família que ficou em completo desamparo por ter tido o responsável pelo seu sustento morrido em função do seu dever e, por ocupar cargo comissionado, não contribuía para o Instituto de Previdência do Estado que por esta razão ficou sem direito a pensão ou pecúlio.

No que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite desta matéria.

Assim sendo, considerando o elevado alcance da medida proposta, manifestamos pelo parecer Favorável opinando pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
DAVID CHERIEGATE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 44/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n° 40/88, propõe a concessão de uma pensão mensal equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência a senhora Ondina de Moraes Silva, viúva do ex-Assistente de Segurança Leo de Caldas da Silva, que perdeu a vida em decorrência do exercício de suas funções.

A medida é altamente meritória, tendo em vista dar amparo à família de um servidor que faleceu no cumprimento de seu dever.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu dessa Parecer favorável quanto à constitucionalidade e legalidade. No âmbito desta Comissão de Finanças, não encontramos óbices que possam impedir sua normal tramitação, uma vez que o projeto se origina de mensagem governamental, presumindo-se portanto, haver recursos financeiros para dar suprimento à medida proposta.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do Projeto de Lei n° 44/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/87 (ex-Projeto de Lei n° 133/87), oriundo do Parecer Favorável da C.C.J., por maioria, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de SANTA TERESA DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento n° 752, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 751, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 733, de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 732, de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 731, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 735, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 747, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 770, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)

O Sr. poderia fazer a gentileza de re-ler o requerimento para nós entendermos, porque não pude compreender perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) (Lê o requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan).

Informo inclusive que está errado o nome da Faculdade.

Requerimento n° 665, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 730, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 666, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, com apoio dos Srs. Deputados Sabino Campos, Haroldo Rodrigues Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 765, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 669, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 672, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 671, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 678, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 679, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 681, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 686, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento n° 685, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 687, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 689, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 691, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 692, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 695, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 697, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento n° 698, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento n° 699, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 700, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento n° 701, de autoria do

Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 702, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 703, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento n° 704, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 705, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 710, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 707, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 708, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 709, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 706, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 713, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 715, de autoria do Sr. Deputado Germote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 716, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 717, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 719, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

va.

Requerimento n° 720, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 724, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 726, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 725, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 723, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 727, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 736, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 737, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 738, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 739, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 740, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 741, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 744, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Aloântara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 745, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 746, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 748, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 749, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do ex-

pediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 750, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 762, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 763, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 760, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 761, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 758, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 759, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 757, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 756, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 755, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento n° 677, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 667, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 766, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 764, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 754, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão solene para quarta-feira, dia 04, às 15:00 horas, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 05, às 10:00 horas,

com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 324, 358, 360, 375/87 e 74/88.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 09, 12, 17, 19, 24 e 27/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 1988.

QUILOVATES DE MAO BEIJADA

Faz decênios que São Paulo avança seu bandeirantismo arrojado, impetuoso, altamente político e rentável, por sobre seus estados lindeiros.

Estamos jogando lanças com os paulistas, agora. O federal paranaense, Giovanni Mansini - no instante constituinte em que se discute a delicada, importante e decisiva questão dos tributos - apresentou emenda. Visa a dar aos estados produtores de quilovates o direito de cobrar ICM nas operações que destinam energia a outras unidades federativas. Somos grande gerador desse bem energético, enquanto os paulistas integram o maior centro industrial da América Latina. Na medida em que sua bancada, na Assembléia Nacional, obstaculizar a emenda Mansini, é certo que seus produtos industrializados terão tarifas energéticas menores e, por via de consequência, aceitação maior para seus produtos industrializados. Como linha de resultado, o Tesouro estadual bandeirante receberá mais IPI e ICM, a oferta de emprego alargar-se-á maiormente e São Paulo continuará representando cerca de 50% da geração de tributos à Nação, na evidência de que se prolongarão os "terraços da desigualdade econômico-social" no país.

Se nossas lideranças políticas já se conscientizam do relevo dessa batalha tributária - urgindo trabalho de bastidor na Constituinte junto às outras bancadas que se acham na mesmíssima situação que a do Paraná - nunca é demais voltar os olhos para um retrospecto muito alucidativo. Os paulistas - desde quando criamos a Copel e sob a visão do lembrado prof. Pedro Viriato Parigot de Souza - depois do intenso

aproveitamento dos seus rios interiores, partiram para montar um "colar de grandes usinas" nos limites líquidos de seu estado. Dessa maneira, o Paraná, por exemplo assistiu à inundação de suas fertilíssimas terras do "Norte do Estado" para a formação de imensos reservatórios das usinas que se tornaram imprescindíveis para a geração de quilowates hídricos ao complexo industrial paulista.

Fomos mutilados territorialmente. Assistimos à expulsão da força humana então fixada em nossos campos. As indenizações aos lavradores não permitiram compras de áreas idênticas no Paraná. Os trabalhadores rurais ou se deslocaram para as periferias das grandes cidades paranaenses (e Londrina sabe quanto isto lhe tem sido dramaticamente difícil, para não se mencionar outras metrópoles do sententrião) ou se direcionaram para Rondônia, Mato Grosso, Goiás, com o que nos desvitalizamos do melhor capital - o humano - para nosso desenvolvimento social e econômico. O Governo estadual e dos municípios que sofreram alagamentos deixarão - pelo correr do tempo - de receber ICM sobre operações de compra e venda de bens gerados nas terras que ficaram submersas; impostos de transmissão e outros tributos e taxas, com o que se registrará uma perene diminuição do fluxo de "caixa" do Tesouro público do Paraná, em consequência dessa realidade.

Queremos, agora, que esse altíssimo preço nos seja ressarcido. Se geramos, aqui, quilowates que têm origem hídrica, trata-se de um bem, que nos significou delapidações enormes, constituindo-se mercadoria sobre a qual deve incidir ICM, como pretende a emenda constitucional do Deputado Mansini. Não podemos é permanecer como uma economia ruralizada eternamente. Sem vigilância, estaremos esvaindo-nos e trabalhando, cada vez mais, só para gerar bens agrícolas enquanto a audaciosa visão prospectiva de lideranças lúcidas fazem São Paulo caminhar com maior rapidez pelos seus trilhos de desenvolvimento, acentuando iesequilíbrios regionais e "inchando" São Paulo, numa verdadeira macrocefalia que ofende a idéia de que o país precisa, quanto possível, um progresso que seja mais harmônico, jamais superconcentrado exclusivamente num ponto.

Veja-se, ainda por exemplo, esse tema que a "Gazeta do Povo" já ventilou. Somos, hoje, o maior estado produtor de trigo no Brasil. Agora, mesmo, vamos a um plantio de nova safra. É bom lembrar, todavia, país fez acordo com a Argentina, via do qual importamos esse cereal. Como os platinos estão com as mesmas dificuldades cambiais que nós, assentou-se que o crédito resultante da venda de seu trigo seria compensado com produtos industrializados

provenientes, em sua maior parte, das multinacionais que se fixaram em São Paulo.

O trigo da Argentina ocupou armazéns paranaenses, gerando-nos problemas imensos, mormente, se lembrarmos os excelentes resultados de uma safra estadual que vai alcançar, no seu total, um quantitativo da ordem de 14 milhões de toneladas. Perguntem-se ao Senhor Luiz Carlos Hauhy, Secretário de nossas finanças, quanto o Paraná perdeu pela delonga na comercialização da sua safra tritícola, com o que o governo arrosta, hoje, todas as intempéries do atual momento de desequilíbrio de seu "caixa".

Temos perdido muito - muitíssimo - para os paulistas. Jogamos, agora, lanças contra eles. Posicionamo-nos, pé firme, disposição de luta férrea, em favor da emenda Mansini. Perder essa parada é dar de mão beijada os quilowates hídricos que resultaram de nosso sacrifício territorial, sócio-econômico e que não pode ficar em vão. Ficaríamos, outra vez, na condição e 5ª. Comarca de São Paulo, "fundo de quintal" para fornecer matérias-primas, inclusive, energia, cujo valor e importância não estaremos sabendo defender.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 1988.

WILSON MOREIRA: "BRASIL É UM PAÍS VIÁVEL, O QUE ESTÁ FALTANDO É SERIEDADE DOS GOVERNANTES"

Ao assegurar que o Brasil é um país viável, mas o que falta é seriedade por parte dos responsáveis pelo destino do país, o prefeito de Londrina, Wilson Moreira, argumentou, em entrevista à jornalista Neide Palmeiro, na última quarta-feira, em seu gabinete na Prefeitura Municipal, que os desmandos da política nacional tem lhe causado muitas desilusões.

Reconhecido pelo londrinense médio como o "melhor Prefeito que a cidade já teve", Wilson Moreira assegura que está cansado de dar murro em ponta de faca. Nesses últimos cinco anos, a administração municipal da mais importante cidade do interior do Estado, conseguiu saldar 2/3 de sua dívida total. Um fato, no mínimo, memorável, visto que o volume devido foi saldado sem que houvesse um único tostão de empréstimo apenas com seriedade e competência assegura o Prefeito, acrescentando que "O Brasil tem conserto, é só querer".

Como todo bom mineiro ele falou muito durante as duas horas e meia de entrevista, mas sem se comprometer um só segundo. Prudente, conservador e cauteloso, este

mineiro nascido e criado em Uberaba, e engenheiro por profissão, chegou ao Paraná em 1951 e, como empregado de uma firma de engenharia, em pouco tempo se transformaria em sócio majoritário, possuindo, hoje, um patrimônio respeitável. Falou sobre as dissidências de seu partido, o PMDB, sobre eleições diretas, "que devem ocorrer o mais breve possível", sobre o êxodo rural em consequência da erradicação do café na região e desfraldou a bandeira da livre iniciativa, como forma de resolver os problemas nacionais. Ao ponto de assegurar que só concebe e admite uma reforma agrária processada pela iniciativa privada "porque o governo nunca tem capacidade administrativa para fazer nada".

Com toda esta bagagem de um administrador bem sucedido, Wilson Moreira assegura que não tem pretensões políticas. Iniciado na vida pública pelas mãos do senador José Richa, que o convidou para ser seu Secretário de Obras quando assumiu a Prefeitura de Londrina, reluta na hipótese de vir a ser o terceiro governador do Estado originário de Londrina. "Eu quero é descansar", assegura.

GAZETA DO POVO - Como o Senhor viu a aprovação pela Constituinte da emenda que proíbe a reeleição dos atuais prefeitos?

WILSON MOREIRA - Eu vi com muita satisfação a não prorrogação dos mandatos e a não reeleição. Especialmente, a não prorrogação. Pois eu entendo que isso seria uma imposição ao eleitor. Depois de seis anos, o eleitor estaria impedido de votar, o que poderia resultar numa grande frustração popular. Eu, por exemplo, deixaria a Prefeitura se a prorrogação fosse aprovada. Neste período de mandato, eu tive a oportunidade de deixar a Prefeitura para atender convites para assumir outros postos no governo, e não o fiz porque queria concluir o meu mandato que eu concorri e assumi, e eu achava que não devia sair antes. E quanto à reeleição eu acho que a comunidade deve ter a oportunidade de votar novamente. É preciso possibilitar o surgimento de novas lideranças políticas e isto só será possível com o maior número de eleições. Quanto mais renovação melhor. Eu acho que é melhor para Londrina, por exemplo, a existência de mais dois ou três Wilson Moreiras, nestes próximos anos de mandato político, do que de um só.

GAZETA DO POVO - Como ocorreram as últimas eleições para a escolha do diretório do PMDB em Londrina? Qual a ala ou corrente foi considerada vitoriosa?

WILSON MOREIRA - Eu creio que está havendo um pouco de especulação de algumas pessoas que afirmam, inclusive, que houve vitoriosas e perdedores nestas eleições. Eu creio que não houve vitorioso, pois, para mim todos os membros do partido se

saíram bem, porque houve harmonia entre todos nós. Portanto, não houve perdedor. Há até quem diga que eu saí perdedor, porque, um eventual candidato que receberia o meu apoio, na última hora, não conseguiu sair candidato. Eu fiquei satisfeíssimo com o resultado, como ficaria também satisfeito com outros eleitos, visto que não temos apenas uma só pessoa capaz de dirigir o diretório do PMDB aqui em Londrina. Para a formação da chapa que teria concorrer ao diretório, nós procuramos as pessoas que harmonizassem todas as forças da cidade, e conseguimos montar uma chapa única. E esta foi, realmente, a melhor solução.

GAZETA DO POVO - A eleição da Executiva também transcorreu dentro de um clima de harmonia entre as correntes políticas do PMDB em Londrina?

WILSON MOREIRA - Neste caso, apareceu um outro querendo ser candidato, mas, até certa altura, nada estava definido. Conversamos com todas as correntes políticas, e com os Vereadores e Deputados que representam a região e conseguimos um consenso. E levamos, novamente, uma chapa única para concorrer à Executiva do Diretório. Portanto, não houve perdedores.

GAZETA DO POVO - Neste momento de total conturbação político-social, o fato de ter havido em Londrina um consenso e uma união para a escolha do Diretório Municipal parece ser um fato raro, não é mesmo?

WILSON MOREIRA - Exatamente. Nós demos aqui um bom exemplo político. Em termos de Brasil, o PMDB está hoje muito grande e não está sobrando espaço para todos.

GAZETA DO POVO - Como o senhor está vendo os comentários da formação de um novo partido, justamente pelos chamados "autênticos" do PMDB. Isto representa, na sua opinião, o racha derradeiro dentro do partido?

WILSON MOREIRA - Bem, num momento como este, que você procura discutir os problemas e assuntos mais polêmicos, mais importantes, e esta discussão tem que levar a uma decisão, que é o caso da futura Constituição brasileira, é normal que os ânimos se alterem. E dentro de um próprio partido é muito difícil que todos pensem igual, tenham um pensamento comum, além disso, o PMDB continua sendo uma grande frente política, com correntes de pensamento e de interesses de diversas cores e matizes. Existe ainda um outro aspecto, que está gerando esta falação toda da criação de um novo partido com os dissidentes do PMDB: é a falta de espaço político dentro do partido. Dentro de pouco tempo, por exemplo, nós teremos no Paraná eleição para o Senado e há uma só vaga para abrigar a disputa e o desejo de muitos. Por outro lado, o próprio processo dessa

Constituinte tem desgastado os Parlamentares. Eu estou vendo o papel dos Constituintes muito difícil hoje em dia. Então são vários fatores que aumentam de importância dentro de um partido grande como é o nosso.

GAZETA DO POVO - Dentro desta visão, as chances do partido rachar são muito grandes então?

WILSON MOREIRA - Não tão já. Eu creio que todo este quadro de dificuldades faz parte de uma evolução de um processo que a própria reação de um grupo ou a tendência de um grupo, de certo modo faz com que abrande o temperamento anti-harmonioso de outro lado. Eu acho também que nós podemos ter um fato novo depois das eleições, mas não agora, e nem com um grupo com muita representatividade. Onde irão, por exemplo, os autênticos? Vão sair do PMDB? O PMDB é o berço criado pelos próprios autênticos que depois passou a ser o berço de outros que vieram para o PMDB.

GAZETA DO POVO - Mas, são os próprios autênticos que dizem à imprensa que vão deixar o PMDB ou não é isso?

WILSON MOREIRA - Há poucos dias eu conversava com o Senador José Richa e, em determinado momento, eu comecei a rir. Intrigado, ele me perguntou porque eu estava rindo. Então eu lhe expliquei que estava rindo porque não estava entendendo nada. Lembrei a ele que nós estamos num ano eleitoral, num ano que nós precisaríamos estar o mais unidos possível e eles falando em rompimento, em novo partido. Tudo isto parece convincente? Olha, eu tenho a impressão que até as eleições não teremos nenhum fato novo pela frente. E daí para frente, vamos ver... mas, não é muito fácil formar um novo partido.

GAZETA DO POVO - Nestes últimos seis anos, os dois governadores do estado saíram de Londrina. E o próximo poderá sair daqui novamente?

WILSON MOREIRA - Eu acredito que sim, talvez não na próxima eleição, mas na seguinte eu acredito que sim. Tudo pode acontecer em uma campanha eleitoral, até mesmo o inesperado...

GAZETA DO POVO - Como o senhor vê a sua indicação para ser o candidato do PMDB à sucessão do Governador Alvaro Dias?

WILSON MOREIRA - Eu não sei se há este nível de consideração para com o Prefeito de Londrina. Eu diria, no entanto, que eu não tenho esta aspiração. A atividade política, às vezes, deixa a gente um pouco desiludido com a função pública. Eu ando um pouco na verdade, desiludido também. Eu acho que, um ou outro que faça um esforço extraordinário, não vai romper com este grande cinturão que impede realizações sócio-econômicas realmente grandes e importantes. Precisaria o país se integrar nes-

te cinturão. E eu não vejo os políticos se integrarem neste esforço em prol da nação. E também, se os Governadores, Vereadores, Deputados e Senadores se integrassem num tipo de trabalho como o que estamos desenvolvendo em Londrina, eu garanto que em 10 anos nós mudaríamos totalmente o país. Em 10 anos... e, sem pôr ninguém na cadeia, sem penalizar ninguém, sem penalizar o trabalhador que vem sendo muito sacrificado nestes anos todos... nós resolveríamos o problema.

GAZETA DO POVO - Mas de que forma, prefeito?

WILSON MOREIRA - Apenas com seriedade e competência. O que falta neste país é seriedade. Eu às vezes fico pensando: será que a nossa política é dotada de uma boa formação? Será que todos nós não somos vítimas de uma cultura mal formada? Porque o que se vê não é possível. O Brasil tem conserto, é só querer. Mas é preciso que todos se integrem nesse trabalho, pois não adianta um aqui e outro lá fazer esforço. Eu assumi esta Prefeitura com uma dívida de 10 milhões de OTN's, o que corresponde hoje a quase 11 bilhões de cruzados. Na época, era o valor de oito orçamentos da Prefeitura, com um orçamento já vencido, ou seja, com um ano da dívida já vencida e com 75% de toda ela vencendo nesta gestão.

GAZETA DO POVO - Então, quando o senhor ganhou as eleições, junto com a vitória, ganhou também um verdadeiro presente de grego?

WILSON MOREIRA - A situação estava tão deprimente que nós não tínhamos, sequer, crédito na padaria para comprar pão do café da manhã dos operários, sem crédito na leiteria, sem crédito na casa de pneus, no posto de gasolina, na papelaria, enfim sem crédito em lugar nenhum, com os salários atrasados e com encrencas por todos os lados. As ruas da cidade estavam que era um buraco só. Mais parecia que tinha caído sobre Londrina uma chuva de bomba atômica. Um verdadeiro desastre. As estradas rurais no interior, muitas delas, sem condições de tráfego, sem pontes, sem nada. Os chamados conjuntos habitacionais sem escolas, o que representava, na época, um total de 6 mil crianças sem sala de aula. A população sem merecer a devida atenção à saúde por parte do serviço municipal. Era uma verdadeira lástima o estado de Londrina.

GAZETA DO POVO - Num quadro caótico tão grande, o que foi possível fazer pela cidade, desde que o senhor assumiu até agora?

WILSON MOREIRA - Olha, sem empréstimo, sem que eu tenha feito um tostão de empréstimo - os nossos balanços estão aqui, à disposição do governo, à disposição de todos os interessados -, e neste período de menos de 6 anos, conseguimos pagar 2/3

da dívida de Londrina que estava atrasada e, volto a afirmar, sem nenhum tostão de empréstimo, pagamos este volume imenso da dívida e ainda conseguimos fazer muita coisa para Londrina. Eu vou fazer agora uma relação entre a dívida do Brasil e a dívida da nossa cidade e veremos que a nossa é maior que a do país.

GAZETA DO POVO - Esta afirmação, no mínimo, é intrigante. Houve algum estudo para se chegar a esta conclusão?

WILSON MOREIRA - Na época, fizemos um levantamento considerando a dívida externa e interna brasileira, em comparação ao número da população economicamente ativa, e ficou constatado que a dívida de Londrina era muito maior do que a do Brasil. O que ocorre é que muita gente não está empenhada em levar a sério este país. De Gaulle tinha razão... não em relação à Nação como um todo mas a nível dos responsáveis pelos destinos da Nação. Então, isto tudo me desanima muito, não há seriedade. É o mesmo que dar murro em ponta de faca.

GAZETA DO POVO - Como o senhor está vendo esta série de denúncias da existência de cartéis de empreiteiros nas obras públicas, principalmente, considerando-se que o senhor hoje é Prefeito de Londrina, tendo saído do setor privado, onde continua como proprietário de uma empresa de engenharia?

WILSON MOREIRA - Bem, é muito difícil a gente dizer se teria acontecido alguma irregularidade e, algum lugar por se estar longe. É verdade que as empreiteiras, através das suas associações, exercem um papel bastante atuante em defesa da própria estrutura empresarial. Por outro lado, a estrutura pública, por muitas vezes, não possui a mesma dinâmica da estrutura privada, por ser lenta e burocrática. Ainda ontem, eu ouvi o pronunciamento do presidente da COPEL, na televisão e o jornalista dizia que, conforme fosse o caminho adotado, a obra poderia atrasar em até oito meses. As vezes no interesse público, você fica entre uma decisão que prejudica de um lado ou uma outra acaba prejudicando de outro jeito. A gente fica sem alternativas. As saídas não são muito fáceis na esfera governamental.

GAZETA DO POVO - Como o senhor analisa o decreto assinado pelo Presidente Sarney e pelos seus Ministros, em relação ao reajuste retroativo aos empreiteiros, justamente, quando os preços estavam congelados?

WILSON MOREIRA - Bem, isto realmente foi um golpe extraordinário, um golpe muito grande contra a economia pública. Mas, se não fosse um golpe na economia pública,

seria na economia privada. Eu, por exemplo, analisei muito aqui e, dentro das mesmas regras adotadas pelo Governo do Paraná, eu adotei também aqui o reajuste. Também nós fizemos o reajuste, por entendermos que a corda sempre tem que arrebentar de um lado e, neste episódio, eu acho que a corda ainda arrebentou do lado um pouco mais forte, que é o do governo. Se tivesse arrebentado no lado mais fraco, que no caso é dos empreiteiros, nós iríamos levar muitos deles a uma situação difícil. E, não foram eles que agiram daquela maneira, foi o próprio comportamento governamental, através do Plano Cruzado, que levou o país inteiro a ilusão e a toda aquela fantasia. Então, é muito difícil a função pública ou a decisão numa hora como esta. Eu sou membro do Conselho de Administração da COPEL e eu sei o que está passando a diretoria com esta questão da anulação da concorrência para a construção da Usina de Segredo.

GAZETA DO POVO - E o que está se passando lá dentro da Copel, agora?

WILSON MOREIRA - Neste caso da COPEL, a gente sente que tem algumas empresas que querem ganhar a concorrência de qualquer maneira, ainda que com preço alto. Tudo vai depender da postura da própria COPEL, da firmeza e do apoio da própria estrutura de governo, bem como do apoio das forças vivas, apoio daquelas forças que realmente podem opinar e influir nas decisões.

GAZETA DO POVO - O senhor como analisa a decisão da COPEL?

WILSON MOREIRA - A decisão da Copel é correta e eu acho que, no caso da C.R. Almeida, não cabe nenhum recurso judicial. No entanto, eu também acho que cada vez que ela entrar com algum recurso, vai conseguir retardar o processo. Eu imagino o seguinte: a cada passo que a COPEL der, provavelmente a C.R. Almeida vai entrar com recurso. Então, está formada uma guerra, uma verdadeira guerra de interesses.

GAZETA DO POVO - A eleição para o Diretório Regional do PMDB já está aí batendo à porta. Como o senhor vê a possibilidade de seu nome ser lançado à presidência do partido?

WILSON MOREIRA - Eu realmente não estou preocupado em concorrer a cargo nenhum. Eu não tenho interesse. Eu tenho sido procurado por um ou por outro que me pede apoio, mas, eu acho que tenho que ir para Curitiba, talvez uns dois ou três dias antes do dia 8 para analisar isto tudo melhor.

GAZETA DO POVO - Durante esta semana, o nome do Deputado Waldir Pugliesi foi

Lançado à presidência do PMDB no Paraná. Ele é um bom nome?

WILSON MOREIRA - É ... você vê que o que eu acabei de dizer agora, há pouco, de que não acredito em nenhum rompimento dentro do partido. O Waldir é um daqueles tido como dissidente e, se ele se interessa em ser o candidato a presidente do diretório, então é sinal de que ele pretende consolidar-se ainda mais dentro do partido. Eu acho que todo e qualquer membro do partido, que tenha representação dentro do Diretório Regional, tem condições de se candidatar à presidência.

GAZETA DO POVO - Quais os políticos que estiveram aqui pedindo seu apoio?

WILSON MOREIRA - Eu não vou dizer os nomes, mas vou dizer que foram dois: um daqui de Londrina e outro de fora. O Waldir não falou comigo. Eu notei também que está havendo um desinteresse por estas eleições. Eu acho que é por este estado de coisas que a gente está passando agora, que acaba desmotivando o pessoal.

GAZETA DO POVO - A reforma tributária, como está sendo discutida pela Constituinte, vai melhorar alguma coisa para os Municípios?

WILSON MOREIRA - A nível constitucional ela é boa. Até agora ela está bem. Vamos ver daqui para frente. Eu acredito, inclusive, que as obrigações que serão assumidas pelos municípios, serão significativamente maiores do que o aumento da receita.

GAZETA DO POVO - Atualmente, como está a participação da União e do Estado na receita de Londrina?

WILSON MOREIRA - A União participa com apenas 3,68%. Isto representa tudo o que veio da União para o município no ano passado sob a forma de transferência e de fundo perdido. Tivemos ainda o repasse do Fundo de Participação que, somado aos 3,68%, totalizou o valor de 7,85% do nosso orçamento de 1987. O que veio do Estado, no ano passado, representou para nós 34% da receita total de Londrina.

GAZETA DO POVO - Londrina pode ser considerada ainda a Capital do Café?

WILSON MOREIRA - Não em termos de produção, mais em negociação, sim. O maior volume de negócios de café no Paraná passa por Londrina, que detém hoje cerca de 70 a 80% das negociações de café no Estado. Mas, ao longo destes últimos 10, 20 anos,

houve a erradicação do café, com prejuízos enormes para o município. Se, por um lado é bom a policultura, pois você amplia a possibilidade de escapar das variações climáticas e de grandes prejuízos, a erradicação do café representou um ônus muito grande para a cidade de Londrina, devido ao êxodo rural, em consequência da desativação da cultura do café. Londrina tem um crescimento anual em torno de 7% e, com um crescimento nestas proporções, é impossível dotar a cidade de condições de vida e de projetos urbanísticos futuros. Eu conheço muitos antigos sitiantes que, se estivessem ainda com suas propriedades, teriam um patrimônio entre 50 a 100 milhões de cruzados e, no entanto, hoje são favelados em Londrina.

GAZETA DO POVO - A reforma agrária seria uma alternativa de volta do homem ao campo?

WILSON MOREIRA - Ele não volta. Depois que sai do mato e vem para a cidade, são poucos os que voltam para o campo. Apenas um ou outro volta, talvez uns 5%. E precisa ver ainda se destes 5% que estão dispostos a trabalhar na terra, têm tino para a coisa, pois toda a atividade hoje precisa ser exercida com um certo grau de profissionalismo, porque senão não se consegue bons índices de produtividade. A maioria dos que procuram terras para reforma agrária, procuram para especular. É o caso das favelas. Assim que o governo regulariza os imóveis de uma favela e entrega os títulos de posse aos favelados, eles vendem o imóvel e vão favelar mais na frente. Eu só concebo e admito um tipo de reforma agrária: é aquela que a iniciativa privada faria todo o processamento e o lote seria vendido e não dado. A iniciativa privada substituiria a ação do governo no processo de reforma agrária, simplesmente porque o governo nunca tem capacidade administrativa para fazer nada.

GAZETA DO POVO - O senhor é daqueles que defendem eleições diretas já?

WILSON MOREIRA - Eu creio que se deva convocar eleições sempre para tudo e para qualquer coisa. Mas, do jeito que vem se processando o nosso quadro político, eu tenho minhas dúvidas se teremos eleições, sequer no ano que vem, que dirá agora. Será que os cinco não vão virar seis anos? E isto não seria bom. Nós precisamos de eleições o mais rápido possível. Agora ocorre o seguinte: toda a nossa estrutura judiciária e legislativa está errada. Uma das coisas que se teme, nas eleições diretas agora, é que tenhamos, eventualmente, o sucesso de um nome que possa representar

um perigo e um temor à maioria da Nação. Simplesmente porque a nossa legislação não penaliza esses homens. Se eles errarem, não os coloca na cadeia; se mentirem, não os derruba do mandato, etc. Nós precisamos acabar com a imunidade parlamentar dos políticos de um modo geral. Está na hora de pensarmos o Brasil com seriedade e honra.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 1988.

TRIBUNAL DE ALÇADA

Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Quis o Divino Mestre, Deus todo Poderoso, que depois de me dedicar durante quarenta e quatro anos ao Direito e à Justiça, viesse receber neste templo, "o selo de uma grande bênção", como disse Rui, na sua magistral Oração aos Moços.

Ao falar, o faço comovido, pois os percalços na vida e os sofrimentos porque passei, afinal, vão ter uma recompensa.

A princípio pensei em dizer somente palavras de agradecimento e em outras vezes, palavras de revolta, mas refleti, como naquela deliciosa lenda de Selma Lagerlof, que tomando a palavra, eu iria lembrar unicamente aqueles aos quais estivesse ligado por um dever de gratidão ou um laço de amor ou de amizade, mencionando neste momento culminante de minha vida, principalmente meus queridos pais que já se foram, meus irmãos amados, minha esposa, meus filhos e meus netos.

Entretanto, o momento impõe que a minha voz deixe de traduzir somente sentimentos, para expressar alguma coisa mais, que se torna necessária, quando se luta pela normalidade democrática e se vê aparecerem aberrações dentro de uma Constituição que estabelece repouso remunerado de oito dias para o marido da gestante e se dá poderes a menores incapazes para decidirem sobre o destino e a soberania da Pátria, sem imputarem-lhe crime algum.

Além do mais, ataca-se o Judiciário e procura-se dar-lhe normas não condizentes com o equilíbrio e independência a que tem direito.

Mas deixemos o julgamento desses fatos para o futuro, pois aqui reunidos, após o compromisso sagrado que prestei e me apresento para uma jornada que é a própria jornada da Justiça.

A esta Ulpiano define como a constante e perpétua vontade de dar a cada um o que é seu.

Mas como saber com precisão e segurança o que é deste e o que pertence aquele?

Intervém aí a virtude da paciência a que se refere Bossuet como um dos requisitos da Justiça, juntamente com a constância e a bondade.

É necessário que o Juiz seja infatigável no perquirir a verdade, não se detendo em estudos rápidos e, sim, aprofundando na leitura dos autos e cuidadosamente examinando todos os elementos que possam concorrer a elucidação das questões.

Quem mais ama seu sossego e repouso, do que esse trabalho incessante, árduo por vezes, paciente, beneditino, não tem evidentemente a vocação de magistrado.

Quanto à bondade, observava alguém com muita justeza, que é mais fácil ser bom do que ser justo, porém, muito mais difícil ser ao mesmo tempo justo e bom.

É sobre a constância, outro requisito apontado pela Águia de Meaux, em seu famoso sermão sobre a Justiça, queremos lembrar somente algumas palavras admiráveis de Rui, aos moços da Faculdade de Direito de São Paulo, palavras que merecem ser insculpidas em caracteres indelével no coração daqueles cuja missão sublime é a de julgar o próximo: "O direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado perante a justiça, do que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a Justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrúpulos; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a língua nos recursos. Preservai, Juizes de amanhã, preservai vossas almas juvenis desses baixos e abomináveis sofismas. A ninguém importa mais do que a magistratura fugir do medo, esquivar humilhações, e não conhecer covardia. Todo o bom magistrado tem muito de heróico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão de outra Justiça, assente, cá em baixo, na consciência das nações, e culminante, lá em cima no Juízo Divino".

Já disse certa vez que a Justiça é uma bandeira desfraldada aos ventos e fincada no campo do direito.

Podem as rajadas sacudi-la, os sóis ardentes aquecê-la, ela permanecerá sempre no alto, ovante e magnífica. Se ressurgirem as tempestades, rolarão por sobre as nuvens os trovões ensurdecedores e cruzarem os relâmpagos, nada arrancará do topo em que estiver, símbolo de proteção aos bons e de aviso e ameaça aos desrespeitadores da Lei.

E o Juiz é o varão cheio de coragem que nada teme a não ser errar, pois sabe muito bem que errar é da contingência humana.

Se o mundo despedaçado se desmoronas-

se, suas ruínas feririam, sem perturbá-lo, ao homem justo e firme em seus desígnios. Assim é o magistrado, assim é o distribuidor da Justiça.

É essa justiça que este Tribunal de Alçada, moldando-se no exemplo dos eminentes Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, realizam.

É esse nosso compromisso, é o propósito que formulamos.

Ainda dominado pela natural e intensa emoção resultante de minha promoção, procuro restaurar o equilíbrio e normalidade de minha vida interior para refletir e meditar sobre esta solenidade tão augusta e majestosa que agora se realiza no momento de minha posse nesta Colenda Corte.

Ingresso para preencher a vaga aberta com a promoção a Desembargador do Doutor Edmar Cordeiro Machado, nome aureolado por um prestígio bem merecido graças aos excepcionais predicados de ordem moral e intelectual que lhe nimbam a figura de Magistrado ímpoluto e cidadão sem jaca. Presto-lhe esta comovida e sincera homenagem como seu sucessor.

Todos podem avaliar a dádiva que para mim representa proporcionar aos meus entes queridos a rara felicidade de assistir a uma solenidade como esta.

Foram escolhidos para saudar-me destacadas figuras deste foro modelar, justo orgulho desta querida cidade. Isso sobremaneira me honra. O Juiz, trouxe ele próprio, há pouco, o precioso perfil cujos conceitos se lhe aplicam com exatidão. O Procurador demonstrou grandeza de alma e bondade infinita. O advogado, proclamava Ulpiano, é também sacerdote. Se o magistrado deve ser a garantia incorruptível da lei, porque é a lei que atua, o advogado é a lei que fala tão necessário como a Justiça e como ela tão antigo, preparador indispensável da soberana decisão do magistrado, colocado entre o homem e a lei, é o combatente armado, a palavra em luta, onde quer que o chame o direito.

Assim, obrigado, Dr. Gilney Carneiro Leal, obrigado, Dr. Nilton Marcos Carias de Oliveira e obrigado, Dr. Roberto Antônio Busato.

Sou simplesmente um modesto e obscuro magistrado, como, felizmente, muitos os há pela vastidão de nossa Pátria estremecida. O posto elevado que ora ocupo no Poder Judiciário do Paraná, devo aos incentivos de meus familiares a que tanto amo.

Mas, a vossa bondade e simpatia, têm, todavia, o condão de confundir a erva rasteira com a árvore verdejante das flores-tas.

Falando-vos "na beira das ondas esmeraldinas" do mar imenso, ouse acolher-me à sombra de seu excelso cantor - Vicente de Carvalho, que foi Juiz e Desembargador,

para evocar o vulto de outro poeta, também Juiz e Desembargador, porém eles grandes, muito grandes mesmo, e eu, pobre de mim, pequeno, muito pequenino mesmo. Astros e poeira...

Refiro-me a Thomaz Antonio Gonzaga que, nos fins do século XVIII, andou pelas Minas Gerais amando, sofrendo e sonhando com a nossa independência. O maviado enamorado de Marília, na sua grandeza infinita, burilou o soneto que eu, na minha pequenez e na minha humildade, ao findar quase a minha longa caminhada na magistratura, balbucio, genuflecto:

"Obrei quanto o discurso me guiava,
Ouvi aos sábios quando errar temia,
Aos bons no gabinete o peito abria,
Na rua a todos como iguais tratava.

Julgando os crimes nunca os votos dava
Mais duro ou pio do que a lei pedia;
Mas, devendo salvar ao justo, ria,
E, e devendo punir o réu, chorava.

Não foram, Vila Rica, os meus projetos
Meter em férreo cofre cópia d'ouro,
Que farte aos filhos e que chegue aos netos:

Outras são as fortunas que me agouro;
Ganhei saudades, adquiri afetos;
Vou fazer destes bens melhor tesouro."

Meus amigos, debaixo da negra e austera toga do Juiz, podeis estar certos, há o "fraco humano" em cujo peito pulsa o sensível coração que compartilha de vossas angústias e de vossas alegrias.

É este coração palpitante de reconhecimento e fraternidade que, emocionado e comovidamente se abre, como um sacrário, para nele recolher para sempre, a lembrança destas horas felizes, juntamente com as vossas imagens queridas, meus diletos, meus prezadíssimos amigos e companheiros.

Permitam-me uma volta ao passado, mesmo porque para os velhos como eu, recordar é viver, disse não me lembro quem.

Há quase quatro décadas ingressei na Magistratura, cheio de esperança e ideal, prometendo fazer dela meu sacerdócio.

Mas logo no início, quando Juiz Substituto, fui ferido de morte, quando um irresponsável, guiando uma grande motocicleta, perde a direção numa das ruas de Jacarezinho, penetra na minha casa e mata meu filho, Jefferson.

Não desanimei, porquanto, ainda que com o coração sangrando, continuei e, quando julgava em Arapongas, novo golpe veio ferir meu peito, pois um motorista embriagado, sobe no passeio da rua principal da cidade e mata meu filho mais velho, Ubiratan.

Ainda assim, o ideal persistia e eu continuava, até que em 07 de junho de 1964, o poder do arbitrio e da tirania, aliado à maldade e dureza, corta minha carreira e sou aposentado.

Passaram-se 16 anos de ostracismo e de desprezo à minha pessoa, até a minha volta.

Tudo suportei, porque tinha a meu lado a me amparar, meus irmãos Calixto, Elias e Uady, a quem beijo as mãos.

Também estavam a meu lado, dando-me alento necessário, os meus dois filhos restantes - Marlus e Sérgio, razão de minha vida.

Fui amparado por minhas queridas noras Maria Leonor e Jussara, a quem muito devo e agradeço, bem como a minha sobrinha Saida.

Mas, quem me deu alegria e fez meus olhos voltarem a brilhar, foram meus netos: Jorge Neto, Ana Paula, Carlos Eduardo e Lilia Maria, que beijo com profundo amor.

Porém, quero terminar, genuflecto perante a Maria, minha adorada esposa, que me estimulou e me ajudou a continuar, não me deixando esmorecer, a quem beijo as mãos com respeito e amor.

Obrigado, amigos meus.